

Edital 20/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2024	158009-INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	DAYANE DE OLIVEIRA GOMES	08/07/2024 18:01 (v 4.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23411.006005 /2024-95

Informações Iniciais

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2024 (UASG: 158009)

Torna-se público que o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)**, por meio do Coordenação de Licitações da PROAD/Reitoria, sediada na **Av. Senador Salgado Filho, 1200, Guabirota, Curitiba/PR**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.915.818,32 (novecentos e quinze mil oitocentos e dezoito reais e trinta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 02/08/2024 às 09h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item de serviço

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

1. Do objeto

1.1 O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de *serviços de transporte coletivo (vans, micro-ônibus, ônibus convencional e ônibus semi-leito), em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão de obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná - IFPR*, no transporte intramunicipal, intermunicipal e interestadual, de discentes, docentes e técnicos administrativos, aferidos por valor de diária e quilometragem, observando os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 A licitação será realizada em 28 itens de serviço.

2. Do registro de preços

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal,

nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item de serviço;

5.1.2. Marca (de cada subitem, se aplicável);

5.1.3. Fabricante (de cada subitem, se aplicável).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas

até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. NÃO será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3 /2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME /EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração..

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante*;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia assinada por certificação digital devidamente habilitada e válida.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a Administração do IFPR, Órgão Gerenciador, enviará aos licitantes classificados em primeiro lugar a Ata de Registro de Preço assinada.

9.1.1. A declaração de concordância (anexo a este edital) substituirá a necessidade dos licitantes habilitados assinarem a Ata de Registro de Preço, tendo em vista a concordância expressa quanto à minuta da Ata de Registro de Preço (anexo a este edital).

9.1.2. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou,

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **compras.ivaipora@ifpr.edu.br; dpa.ivaipora@ifpr.edu.br.**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ifpr.edu.br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Mapa de Gerenciamento de Riscos;

14.11.1.3. Apêndice III do Anexo I - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

14.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.4. ANEXO IV – Declaração de Concordância com a Ata de Registro de Preços;

14.11.5. ANEXO V - Minuta do Termo de Contrato.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAYANE DE OLIVEIRA GOMES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/07/2024 às 18:01:03.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - APENDICE II - MR 36_2024.pdf (87.52 KB)
- Anexo II - ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PRECOS.docx (57.68 KB)
- Anexo III - APENDICE I - ETP 31_2024.pdf (185.14 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - DECLARACAO DE CONCORDANCIA ARP.docx (35.08 KB)
- Anexo V - MINUTA - TERMO DE CONTRATO.pdf (302.99 KB)
- Anexo VI - ANEXO I - Termo de Referencia.pdf (211.7 KB)

Anexo II - APENDICE I - ETP 31_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 31/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23411.006005/2024-95

2. Descrição da necessidade

A necessidade de contratação foi informada no Documento de Formalização da Demanda de cada unidade, conforme segue:

1.

Documento de formalização de Demanda TELÊMACO BORBA 2930938

2.

Documento de formalização de Demanda BARRAÇÃO 2930962

3.

Documento de formalização de Demanda CAPANEMA 2930966

4.

Documento de formalização de Demanda PITANGA 2930944

5.

Documento de formalização de Demanda IVAIPORÃ 2930934

6.

Documento de formalização de Demanda PARANAVAÍ 2930955

7.

Documento de formalização de Demanda JACAREZINHO 2930946

8.

Documento de formalização de Demanda JAGUARIAÍVA 2439034

9.

Documento de formalização de Demanda FOZ DO IGUAÇU 2930970

Em análise as justificativas apresentadas, apresentamos:

Campus Telêmaco Borba:

- O Campus não possui contrato ativo. O Contrato com a empresa anterior sofreu prorrogação em virtude de restrições orçamentárias e da ausência de demandas por conta da pandemia.
- O retorno às atividades acadêmicas e administrativas de forma presencial no IFPR e consequentemente o retorno da demanda por deslocamentos desta natureza.
- A contratação será alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico do IFPR e consta previsão no Plano Anual de Contratações do IFPR Campus Telêmaco Borba para o exercício de 2024/2025.

Campus Barracão:

- O Campus não possui contrato ativo.
- Expansão do Campus e demanda latente.
- Não possui frota própria de veículo coletivo, assim como contrato de motorista, seguro, manutenção, veículo reserva, abastecimento, local para guarda entre outros contratos relacionados ao funcionamento de uma frota própria.

Campus Capanema:

- O Campus não possui contrato firmado dessa natureza. Assim, para o ano de 2024, em especial no segundo semestre a demanda por deslocamento desta natureza, principalmente entre os campi, retorna gradativamente a sua normalidade. Assim sendo, se faz necessária uma licitação com previsão de homologação em 01/06/2024, conforme o presente processo.

Campus Pitanga

- O Campus não possui contrato firmado dessa natureza.
- Atualmente não há contrato firmado entre o IFPR e empresas de transporte, sendo a última contratação ocorreu em 2017. Com vistas a disponibilizar a prestação dos serviços na unidade, este Campus participou como campus demandante no processo 23411.009999/2022-30, com valor total estimado de R\$ R\$ 621.675,00.
- No entanto, não houve interessados em atender o campus na divulgação do Pregão Eletrônico nº 49/2022, restando o item 10 (Pitanga) "*Cancelado por Inexistência de Proposta*" (1997416). Após tentativa de republicação do edital com as unidades não contempladas, sob o nº 75/2022 e novamente restando frustrada a licitação por falta de inexistência de proposta. .

Campus Ivaiporã

- O Campus não possui contrato firmado dessa natureza.
- Com vistas a disponibilizar a prestação dos serviços na unidade, este Campus participou como campus demandante no processo 23411.009999/2022-30, com valor total estimado de R\$ 455.710,00. No entanto, não houve interessados em atender o campus na divulgação do Pregão Eletrônico nº 49/2022, restando o item 15 (Ivaiporã) "*Cancelado por Inexistência de Proposta*" (1997416).
- Após tentativa de republicação do edital com as unidades não contempladas, sob o nº 75/2022, houve interessados em apresentar proposta para esta unidade, mas não houve aceitação dos valores em razão de lançamento de quantidades equivocada no sistema ComprasNet. Assim, o item foi "*Cancelado no Julgamento*".

Campus Paranavaí

- O Campus não possui contrato firmado dessa natureza.
- Atualmente, o Campus não possui contrato firmado dessa natureza porém, para o ano de 2024 a demanda por deslocamento desta natureza vem aumentando, haja vista o retorno das atividades presenciais, após um longo período de atividades remotas devido a pandemia da Covid-19. Assim sendo, a presente licitação com previsão de homologação em 01/06/2024, conforme descrito no presente processo será de grande importância para as atividades pedagógicas do Campus.

Campus Jacarezinho

- O campus encontra-se sem a prestação dos serviços, já que o contrato que atendia a unidade, firmado com a empresa RODRIGUES E COUTO LTDA (CNPJ 02.492.735/0001-05) encerrou em 25 de junho de 2021, sem a realização de prorrogação.
- Com vistas a disponibilizar a prestação dos serviços na unidade, este Campus participou como campus demandante no processo 23411.009999/2022-30, com valor total estimado de R\$ 131.950,00 (cento e trinta e um mil novecentos e cinquenta reais).
- No entanto, não houve interessados em atender o campus na divulgação do Pregão Eletrônico nº 49/2022, restando o item 11 (Jacarezinho) "*Cancelado por Inexistência de Proposta*" (1991067). Após tentativa de republicação do edital com as unidades não contempladas, sob o nº 75/2022, houve interessados em apresentar proposta para esta unidade, mas não

houve aceitação dos valores em razão de lançamento de quantidades equivocada no sistema ComprasNet. Assim, o item foi "Cancelado no Julgamento".

Campus Jaguariaíva

- Com vistas a disponibilizar a prestação dos serviços na unidade, este Campus participou como campus demandante no processo 23411.009999/2022-30. No entanto, não houve interessados em atender o campus na divulgação do Pregão Eletrônico nº 49/2022.
- Em razão da necessidade de atendimento às necessidades dos campi, atualmente realizamos utilização do contrato de outras unidades, o que acaba gerando custos adicionais de deslocamento, bem como o acréscimo de fluxos para realização dos serviços, bem como pode onerar o contrato dessas unidades, prejudicando-as quanto aos limites de aditivos.
- Como as atividades administrativas e de ensino são contínuas, com demandas de deslocamento a serem atendidas por meio de transporte coletivo, trata-se de uma contratação de serviço comum, de natureza contínua, sob demanda, os quais devem ser prestados permanentemente e de forma rotineira, considerando que o IFPR não mantém mais frota própria de veículo coletivo desde 2012, assim como contrato de motorista, seguro, manutenção, veículo reserva, abastecimento, local para guarda entre outros contratos relacionados ao funcionamento de uma frota própria.

Campus Foz do Iguaçu

- A contratação de locação de frota eventual de ônibus e micro-ônibus visa possibilitar o deslocamento de servidores e de alunos para visitas técnicas, viagens em congressos, reuniões técnicas, fóruns, estudos, seminários, eventos e/ou projetos de ensino, pesquisa e extensão organizados pelo Campus Foz do Iguaçu em que haja a necessidade de transporte coletivo.
- Atualmente, o Campus possui contrato firmado dessa natureza com a empresa Trans Isaak Ltda- CNPJ 76.664.986/0001-66 - Contrato 01/2019, com vigência até setembro/2024. Visando manter o serviço de locação de frota eventual sempre ativo, optou-se por incluir a demanda neste processo.
- A contratação está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico do IFPR e consta previsão no Plano Anual de Contratações do IFPR - Campus Foz do Iguaçu para o exercício de 2024.

Faz-se necessária uma nova licitação com previsão de homologação em 01/06/2024, conforme FROTA EVENTUAL ÔNIBUS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
IFPR - Campus Barracão	Luciano Dameão Canzi
IFPR - Campus Capanema	Cheila Nunes dos Santos
IFPR - Campus Ivaiporã	Paulo Sérgio Carnicelli
IFPR - Campus Foz do Iguaçu	Monice Moise de Freitas Aquino
IFPR - Campus Jacarezinho	Moisés Evangelista
IFPR - Campus Jaguariaíva	Ana Paula Souto Thon
IFPR - Campus Paranaíba	Allan Rafal Vassi de Souza
IFPR - Campus Pitanga	Marcelo Mazzetto
IFPR - Campus Telêmaco Borba	Rubens Felipe Ribeiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atender a demanda levantada é necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte coletivo (micro-ônibus, ônibus convencional e ônibus semi-leito), em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender às necessidades das unidades do Instituto Federal do Paraná - IFPR, no transporte intramunicipal, intermunicipal e interestadual, de discentes, docentes e técnicos administrativos, aferidos por valor de diária e quilometragem, observando os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

O quantitativo a ser estabelecido é meramente estimativo, de modo que às unidades reserva-se o direito de não contratar todos os itens estimados.

Os veículos utilizados para atendimento ao IFPR, no transporte de comitivas, servidores, alunos e pessoas autorizadas, serão das categorias especificadas a seguir:

Veículo tipo “van”, veículo novo ou seminovo, capacidade de no mínimo 15 (quinze) passageiros (além do motorista), ar condicionado, com motorista, combustível, GPS, bancos reclináveis, com bagageiro interno do tipo maleiro para bagagem de mão nas laterais do teto e todos os acessórios, e motorização compatíveis com o serviço, devendo ter no máximo 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, e com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Incluso qualquer reparo, revisão ou substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da CONTRATADA

Veículo tipo “micro-ônibus”, veículo novo ou seminovo, capacidade de no mínimo 24 (vinte e quatro) passageiros (além do motorista), ar condicionado, com motorista, combustível, GPS, bancos reclináveis, com bagageiro externo e interno do tipo maleiro para bagagem de mão nas laterais do teto e todos os acessórios, e motorização compatíveis com o serviço, devendo ter no máximo 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, e com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Incluso qualquer reparo, revisão ou substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da CONTRATADA.

Veículo tipo “ônibus convencional ou superior”, veículo novo ou seminovo, com no máximo 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, capacidade de no mínimo 44 (quarenta e quatro) passageiros, além dos motoristas e motorização compatíveis com o serviço, GPS, gabinete sanitário, poltronas reclináveis, combustível, além de todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Incluso qualquer reparo ou substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da CONTRATADA.

Veículo tipo “ônibus semi-leito ou superior”, veículo novo ou seminovo, com no máximo 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, capacidade de no mínimo 42 (quarenta e dois) passageiros, além dos motoristas e motorização compatíveis com o serviço, bancos reclináveis, ar condicionado, GPS, descanso para as pernas, som ambiente, TV/VIDEO, bar, gabinete sanitário, e serviço de bordo com água mineral, combustível, além de todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Incluso qualquer reparo ou substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da CONTRATADA.

Os serviços poderão ser solicitados em ocasião de eventos, como sábados, domingos, feriados ou após o horário das 00h00.

Os itinerários deverão ser cumpridos da forma mais rápida possível, visando celeridade e economicidade.

As despesas geradas com horas extras, diárias, adicional noturno, alimentação, ou quaisquer outras despesas relacionadas ao deslocamento, permanência ou estada dos motoristas, deverão obedecer aos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho e as legislações vigentes, sendo responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Os veículos deverão manter as características originais, com banners removíveis contendo a logomarca do Instituto Federal do Paraná e com os termos “A serviço do Governo Federal – IFPR – Uso Exclusivo em Serviço”, que será exigido pelo IFPR para os veículos eventuais durante a prestação dos serviços. As cores e o exemplo serão definidos posteriormente a assinatura do contrato.

Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação com a manutenção preventiva e corretiva em dia, abastecidos e limpos (aspirados e lavados) interna e externamente, e com a documentação exigida pelas autoridades competentes a disposição em todo o transcorrer da prestação do serviço. A documentação referida diz respeito a todas as exigências da EMBRATUR, DENATRAN, DETRAN, CONTRAN E AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, tais como: CRLV, Seguro Obrigatório, IPVA do exercício e registros obrigatórios.

Os condutores utilizados na prestação de serviços caracterizam força de trabalho acessória ao contrato de locação de veículos, portanto, em nada deve ser comparada com terceirização de serviços de mão-de-obra, razão pela qual todas as adequações de escalas, horas excepcionais, horas de repouso e eventuais revezamentos devem ser previstos e provisionados pela contratada em sua proposta de preços, sem que isso possa vir a refletir qualitativamente, quantitativamente ou economicamente no contrato.

Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com o IFPR;

As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da Contratada, devendo ser suficiente para o bom desempenho dos serviços.

Os motoristas respeitarão os limites da jornada de trabalho previstos em lei.

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustível de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/1998.

Os veículos automotores utilizados na prestação de serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

Os veículos deverão atender também aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

Duração inicial do contrato:

Por se tratarem de serviços de natureza contínua, os quais devem ser prestados permanentemente, devido à sua essencialidade ao bom funcionamento da instituição, propõe-se que os contratos sejam firmados com vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogações sucessivas por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplina o Art. 106, da Lei 14.133/2021 e desde que sejam atendidos os requisitos necessários para prorrogação.

Critérios de Seleção do Fornecedor

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos no edital.

Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) e DER – PR (Departamento de Estradas e Rodagem), em plena validade.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os licitantes deverão apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emissor, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

Para fins de atestado de capacidade técnica, considera-se atividade compatível em características, quantidades e prazos, para os itens de transporte rodoviário para realização de viagens.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.

Os licitantes poderão apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Edital e seus Anexos.

A exigência pela apresentação de atestado técnico se faz necessário para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do contrato e consequentemente atender as demandas do IFPR.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

5. Levantamento de Mercado

Como referência para a contratação, foram utilizados os contratos anteriores firmados pelas unidades, bem como uma recente contratação similar realizada pelo IFPR, conduzida por meio do Pregão Eletrônico nº 42/2022 - UASG 158009.

Os serviços ora pretendidos são de baixa complexidade técnica e prestados por empresas que atuam no ramo de gestão de frotas e administração de mão de obra.

As principais soluções oferecidas pelo mercado são diferenciadas pela unidade de fornecimento de serviço, pelo fornecimento ou não de motorista, por parte da Contratada, e pelos serviços atrelados à locação dos veículos.

Em relação à unidade de fornecimento, observou-se que o mercado costuma oferecer pacotes fechados e pouco flexíveis à demanda da contratante, situação esta que é mais adequada para instituições que possuam demanda constante de transportes. Estas unidades normalmente são de 12 meses ou uma quantidade específica de diárias.

Outro tipo de unidade normalmente oferecida pelo mercado ocorre pelo número de serviços. Nesta modalidade, é fechado um valor para atendimento durante o período completo de vigência do contrato ou o número de veículos locados, entretanto, em ambas propostas há limitação no cálculo da proposta a um fornecimento contínuo do serviço.

Considerando a necessidade dos campi requisitantes, tem-se que o objeto é esporádico e variável. Desta forma, a solução adequada é a contratação dos serviços de transporte eventual sob demanda, prestado por diária com franquias de quilometragem e quilômetro rodado.

Naquilo que refere-se à disponibilização da mão de obra do motorista, por questão de economicidade, é coerente que a locação da frota seja realizada com motorista. Uma opção contrária seria a contratação deste profissional por meio de um processo licitatório distinto, todavia, o parcelamento do objeto mostra-se desinteressante neste contexto, visto que a probabilidade de outra empresa sagrar-se vencedora do certame é alta, fato que possivelmente acarretaria o aumento de custos e, por conseguinte, maior complexidade operacional.

No caso da participação dos campos mencionados neste documento junto ao pregão 42/2022, não houve empresas interessadas em prestar os serviços junto a essas unidades, sejam pela distância dessas cidades da sede da empresa ou em decorrência da idade da frota sugerida pelo IFPR naquele edital, o que acabou inviabilizando a contratação naquele momento.

Ainda sobre este assunto, foram verificadas junto aos campi que existem empresas locais que poderiam participar do certame, mas não possuem interesse em participar na forma eletrônica por considerar “burocrático” para operacionalização.

Quanto aos serviços atrelados ao transporte eventual, o fato de se determinar que a contratada forneça os ônibus e vans a serem utilizados atendendo o especificado nestes estudos e conforme exigências do CONTRAN, gera economia em relação aos aspectos de manutenção, administração da aquisição de combustível, estoque de peças de reposição, custos com limpeza dos veículos, entre outros.

Desta forma, considerando as soluções oferecidas pelo mercado, faz-se adequada a contratação do serviço de transporte eventual através de vans, micro-ônibus, ônibus convencional e ônibus semi leito com motorista, com pagamento por diária com franquias de quilometragem e quilômetro rodado, atendendo às especificações mencionadas neste estudo preliminar.

A contratação dos serviços de locação de veículos “ônibus e vans” com motorista é, portanto, a forma mais eficiente e eficaz para sanar as necessidades apresentadas por este instituto. A demanda em questão corresponde aos anseios desta instituição e mostra-se atual e vantajosa sob o ponto de vista logístico e econômico-financeiro, diante das demais opções existentes no mercado, mesmo quando comparado com a aquisição de frota própria, tornando os atos administrativos favoráveis na melhor aplicabilidade dos recursos públicos disponíveis.

6. Descrição da solução como um todo

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços será iniciada de acordo com a ordem de serviços, sob demanda, na forma que segue:

Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento:

- 1.

De discentes;

2.

De servidores ou pessoas a serviço do INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.

Os serviços serão solicitados por meio de requisição de veículos, emitida pelo servidor demandante, contendo roteiro e justificativa, entre outros dados, que a entregará aos servidores especialmente designados, os quais emitirão a Ordem de Serviços à Contratada, visando à realização de serviço de transporte de pessoas ou entrega de documentos e/ou cargas, equipamentos, conforme indicado.

Serviços Eventuais de transporte de passageiros são os serviços de “vans”, “micro-ônibus”, “ônibus convencional” e “ônibus semi-leito” solicitados eventualmente, para as necessidades de deslocamento em comitiva, viagens de alunos, de servidores e prestadores de serviço, em atividades oficiais, conforme estimativa de diárias, quilometragem e horas adicionais. A estimativa foi calculada considerando o histórico de demanda deste IFPR.

Para esses serviços a CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos conforme especificações expressas anteriormente.

Os serviços eventuais serão solicitados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, contados a partir da entrega da Ordem de Serviço, devendo os veículos estarem à disposição do IFPR no local estipulado, no mínimo, 30 (trinta) minutos antes do horário determinado. O IFPR poderá solicitar nas mesmas condições pactuadas, a quantidade necessária de veículos para o atendimento de sua necessidade.

A CONTRATADA deverá confirmar a disponibilidade do veículo para o deslocamento no prazo máximo de 2 (dois) dias antes da data do atendimento.

A solicitação de deslocamento poderá ser cancelada, a pedido da CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 horas antes da data do atendimento, sem ônus a CONTRATANTE.

Deverá ser solicitada listagem de passageiros pela CONTRATADA, de acordo com as normas da ANTT, para todos os casos em que forem necessários.

As solicitações dos serviços eventuais contemplarão tanto atendimentos em vias urbanas, quanto em vias rurais, devendo a CONTRATADA respeitar sempre as características dos veículos a serem utilizados em cada caso.

Será gerado um código de atendimento a cada solicitação realizada pela CONTRATANTE, o qual deverá constar nos relatórios analíticos mensais gerados pela empresa, e em suas respectivas Notas Fiscais, no momento do faturamento.

O instrumento de medição (hodômetro ou sistema similar) do veículo utilizado será acionado somente no ato do embarque do usuário e encerrar-se-á no ato do desembarque.

Quando solicitada, a CONTRATADA ficará obrigada a aguardar o usuário pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, sem quaisquer ônus adicionais ao IFPR, quando em deslocamentos cujo destino fique até 10 (dez) quilômetros. Para deslocamentos superiores a 10 (dez) quilômetros o tempo de espera é de até uma hora. Ultrapassado esses períodos de tempo a CONTRATADA ficará desobrigada a aguardar o usuário no local.

O motorista deverá aguardar o retorno dos passageiros, em local de fácil acesso ou combinado, ou retornar para apanhá-los, em local e horário pré-definidos se essa for a exigência.

A CONTRATADA deverá disponibilizar 1 (um) motorista nos deslocamentos de até 700 km (percurso de ida) e 2 (dois) motoristas nos deslocamentos acima de 700 km (percurso de ida), respeitando sempre os intervalos de descanso conforme Resolução nº 2390, de 20 de novembro de 2007 (ANTT).

MÉTODO DE AFERIÇÃO

A aferição será realizada obedecendo aos seguintes critérios:

PAGAMENTO (\$) = (Preço da Diária x Qtde de Diárias) + (Preço da Diária Adicional x Qtde de Diárias Adicionais) + [Preço do Km Rodado (até 500 km ou acima de 500 km) X Qtde de km Excedente da Franquia] + (Preço da Hora Adicional X Qtde de Horas Adicionais)

Sendo aplicado desconto, se houver necessidade, conforme pontuação e tabela do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Onde:

- **PREÇO DA DIÁRIA** = preço pago pelo veículo com motorista(s) disponibilizado ao IFPR pelo período de 10 horas e franquia de 100 Km livres.
- **DIÁRIAS** = quantidade de diárias utilizadas no período da viagem
- **PREÇO DA DIÁRIA ADICIONAL** = preço pago pelo veículo com motorista(s) quando o valor do montante de horas adicionais ultrapassar o valor de uma diária. Por exemplo: se o valor da hora for 100 reais e a diária 800 reais, ao utilizar acima de 8 horas adicionais, será cobrado uma diária adicional ao invés das horas adicionais.
- **DIÁRIAS ADICIONAIS** = quantidade de diárias adicionais no período da viagem
- **PREÇO DO KM RODADO** = valor atribuído ao custo da quilometragem utilizada pelo veículo além da franquia disponibilizada pelo pagamento da diária.
- **KM EXCEDENTE DA FRANQUIA** = quilometragem medida pelo hodômetro (ou outro instrumento utilizado e aprovado pelo IFPR) que ultrapassa a franquia da diária. Serão considerados apenas os valores inteiros de quilometragem para efeito de pagamento, sendo que os arredondamentos serão sempre para baixo. Por exemplo: se o hodômetro marcar 159,98Km será considerado para efeito pagamento apenas os 159 quilômetros.
- **PREÇO DA HORA ADICIONAL** = preço pago por hora pela utilização do veículo que excede às 10 (dez) horas contempladas por uma diária;
- **HORAS ADICIONAIS** = horas utilizadas para execução das atividades demandadas pelo IFPR que ultrapassar às 10 (dez) horas contempladas no pagamento de uma diária, até alcançar o valor de uma diária. Caso ultrapasse, será cobrado apenas a diária adicional e não as horas adicionais, como citado anteriormente.
- Aplicação do Instrumento de Medição de Resultado.

Os valores das diárias, dos quilômetros excedentes e horas adicionais serão realizados com o mesmo preço, independentemente de dias úteis ou feriados e aferidos por tempo corrido.

O cômputo da hora adicional será calculado da seguinte forma:

- O motorista da empresa registrará a data e hora de início e término dos atendimentos em “Formulário de Controle de Quilometragem”, as quais deverão ser atestadas pelo servidor responsável do atendimento;
- O registro de início e término da data e hora da prestação de serviço deverá ser feita também de forma parcial;
- Para efeito de cálculo, será considerado um dia de trabalho com 24 horas corridas, independente do horário e se o início e o término do atendimento sejam em datas distintas;
- O montante total dos valores contemplados pelas horas adicionais não podem ultrapassar o valor equivalente à cobrança de uma diária.
- Considera-se uma diária, a jornada de até 10 (dez) horas. Quando ultrapassada, será acrescida de hora adicional, até alcançar o valor de uma diária. Caso ultrapasse, será cobrado apenas a diária adicional e não as horas adicionais, conforme o tipo de veículo.
- As horas adicionais nunca excederão o valor de uma diária. Caso, a solicitação ultrapasse este limite, será cobrado somente o valor de uma diária adicional, desconsiderando os valores das horas adicionais por dia trabalhado (período de 24h).
- Se a utilização do veículo exceder o período de 24 horas corridas, contados a partir do início do atendimento, será computada uma nova diária nas mesmas condições anteriormente descritas;
- Se a hora adicional parcial for maior que 30 minutos, será considerada uma hora adicional. Se for igual ou inferior a 30 minutos, não será considerada uma hora adicional.
- As horas adicionais só poderão ser cobradas caso o motorista esteja efetivamente em atendimento. Não poderão ser cobradas caso este esteja em seu horário de descanso ou pernoite.
- Quando durante o atendimento tanto o veículo quanto o motorista ficar parado por um dia inteiro ou mais dias, será devido o valor de uma diária para cada dia parado. Esse tempo não será computado no cálculo da hora adicional.

- A somatória dos quilômetros livres referentes à franquia (ex. diária – 100km livres) serão descontados do montante total de quilômetros da viagem.
- O preço cobrado por km rodado excedente (até 500 Km ou acima de 500 Km) deverá ser referente ao do montante total de quilômetros da viagem.
- O valor da quilometragem será calculado pela quantidade bruta total, mesmo após efetuados os descontos devidos.
- As diárias para os veículos devem ser computadas a partir da data do embarque e terminar ao final da solicitação.
- A referência de início do cômputo da quilometragem será o local de atendimento quando este for na mesma cidade ou região metropolitana onde houver contrato firmado.
- Caso o veículo já esteja em local com menor distância para a realização do serviço, este será o referencial para o início da contagem da distância. Será considerado como referência o site <http://maps.google.com.br/>.
- O instrumento de medição (hodômetro ou sistema similar) do veículo utilizado será acionado somente no ato do embarque do usuário e encerrar-se-á no ato do desembarque.
- Os valores salariais dos motoristas deverão estar compatíveis com acordo coletivo/convenção coletiva que contemple essas categorias profissionais, no âmbito do Paraná;
- O valor da pernoite que a CONTRATADA pagará aos motoristas deverá ser o mesmo ou superior ao expresso na convenção coletiva, e/ou deve ser o suficiente para despesas de hospedagem em hotel e alimentação do motorista.
- Conforme disposto no caput do art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 02/08, a contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III (verificar qual será o número do anexo na versão definitiva do Edital), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

1.

Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

2.

Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

1.

Disponibilização de veículos conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência;

2.

Apuração do quantitativo de diárias e quilometragem utilizados em cada solicitação, conforme regras constantes no Termo de Referência;

3.

Avaliação da prestação de serviços pelo fiscal do contrato e aplicação do Instrumento de Medição de Resultados.

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1.

Não produziu os resultados acordados;

2.

Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

3.

Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

Devido ao seguro obrigatório;

O objeto da contratação não se trata de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra;

Os serviços, por suas especificidades, serão prestados sob demanda.

SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação, com base no histórico dos contratos anteriores, é inevitável, visto o problema da localização de algumas unidades. Assim, considerando que as empresas de algumas regiões não costumam participar dos certames, é muito provável que uma empresa de outra região seja vencedora da licitação, o que pode ocasionar a situação em que o custo de subcontratação seja menor que o custo de deslocar um ônibus próprio até o Campus.

Assim, com o objetivo de tornar possível a execução contratual, visto as características locais, sem onerar o contrato, a subcontratação precisa ser permitida, deste que dentro das regras estipuladas.

No caso da CONTRATADA optar por SUBCONTRATAÇÃO, deverá observar os seguintes critérios:

1. É expressamente vedada a subcontratação integral da prestação dos serviços de transporte, respeitando o limite máximo de até 40% do valor do contrato.

2. É permitida a subcontratação, fora dos limites máximos estipulados no item anterior:

a) Quando a CONTRATANTE necessitar de veículo adaptado para cadeirantes e a contratada não possuir este em sua frota;

b) Nos casos em que a empresa comprovar que toda a frota está ocupada, com compromissos firmados antes do recebimento da Ordem de Serviço;

c) Quando em razão de peculiaridades do percurso, do terreno ou do destino, for necessário o emprego de veículo de menor porte ou adaptado, em razão das condições do terreno ou de localidade de difícil acesso, em que o transporte para local específico não possa ser prestado pela frota da contratada, será permitida a subcontratação de prestador de serviço local, desde que previamente autorizado pela Contratante.

3. É de total responsabilidade da CONTRATADA, todas as ações e omissões praticadas pela SUBCONTRATADA na prestação de serviços para atendimento ao IFPR.

4. Para quaisquer subcontratações, deverá a CONTRATADA solicitar autorização prévia ao IFPR, com a justificativa da subcontratação.

5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

CAMPUS TELÊMACO BORBA

Documento de formalização de Demanda - 2930938

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
VAN	DIÁRIA	25
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2500
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2500
	HOR ADICIONAL	30
MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	20
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2.500
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1.000
	HORA ADICIONAL	30
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	20
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1.500
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	500
	HORA ADICIONAL	40
	DIÁRIA	10
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2.000

SEMILEITO	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3.000
	HORA ADICIONAL	40

CAMPUS BARRACÃO

Documento de Formalização da Demanda - 2930962

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	12
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1.000
	HORA ADICIONAL	20
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	25
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	8.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	8.000
	HORA ADICIONAL	40

CAMPUS CAPANEMA

Documento de Formalização da Demanda - 2930966

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
VAN	DIÁRIA	48
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1.000
	HORA ADICIONAL	20

MICRO-ÔNIBUS	DIÁRIA	12
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	5.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3.000
	HORA ADICIONAL	30
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	24
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6.000
	HORA ADICIONAL	20
SEMI LEITO	DIÁRIA	12
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3.000
	HORA ADICIONAL	30

CAMPUS PITANGA

Documento de Formalização da Demanda - 2930944

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
VAN	DIÁRIA	20
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6.000
	HORA ADICIONAL	15
	DIÁRIA	30

MICRO-ÔNIBUS	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2.000
	HORA ADICIONAL	20
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	9
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	10.000
	HORA ADICIONAL	30

CAMPUS JACAREZINHO

Documento de Formalização da Demanda - 2930946

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
VAN	DIÁRIA	15
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6.000
	HORA ADICIONAL	20
MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	15
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2.000
	HORA ADICIONAL	20
SEMILEITO	DIÁRIA	12
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	5.000

	HORA ADICIONAL	25
--	----------------	----

CAMPUS IVAIPORÃ

Documento de Formalização da Demanda - 2930934

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
VAN	DIÁRIA	20
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6.000
	HORA ADICIONAL	15
MICRO-ÔNIBUS	DIÁRIA	30
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2.000
	HORA ADICIONAL	20
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	9
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	10.000
	HORA ADICIONAL	30

CAMPUS PARANAVAÍ

Documento de Formalização da Demanda - 2930955

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
	DIÁRIA	10

MICRO ÔNIBUS	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3.000
	HORA ADICIONAL	30
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	10
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1.500
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4.000
	HORA ADICIONAL	20
SEMILEITO	DIÁRIA	20
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4.000
	HORA ADICIONAL	20

.

CAMPUS JAGUARIAÍVA

Documento de Formalização da Demanda - 2439034

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
VAN	DIÁRIA	15
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1.000
	HORA ADICIONAL	25
MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	15
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1.000

	HORA ADICIONAL	25
SEMILEITO	DIÁRIA	10
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3.000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6.000
	HORA ADICIONAL	25

CAMPUS FOZ DO IGUAÇU

Documento de Formalização da Demanda - 2930970

TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	10
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	5000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000
	HORA ADICIONAL	24
ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	25
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000
	HORA ADICIONAL	60
SEMILEITO	DIÁRIA	30
	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	15000
	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	12000
	HORA ADICIONAL	72

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.915.579,61

A Instrução Normativa nº 73/2020 disciplina os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços, admitindo as seguintes possibilidades:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Com vistas a estimar o preço médio da contratação foram efetuadas pesquisas de preços dos itens por meio de consultas ao Painel de Preços do Governo Federal em contratações similares de outros órgãos, porém, em função da característica da contratação, não foi localizado em nenhuma dessas modalidades. Também foram utilizados os preços praticados nos contratos vigentes, limitando-se aos valores firmados com os campi do interior e com processo já disponibilizado no SEI. Tal limite geográfico se deu em razão dos valores praticados nos Contratos de Curitiba e Região Metropolitana destoam daqueles praticados nas cidades do interior em confrontação direta junto aos contratos firmados. Assim, considerando a possibilidade aberta para a contratação de VANs para alguns campi, utilizou-se a opção da pesquisa de preços junto aos fornecedores, mediante a solicitação de cotação por e-mail, para XXX empresas, porém 7 (sete) empresas responderam. Em alguns itens, somente dois fornecedores enviaram cotação de preço. Dessa forma, a equipe de planejamento considerou que os orçamentos enviados retratam a realidade de mercado, uma vez que comparado com os campi próximos, os preços foram compatíveis.

A tabela abaixo demonstra as solicitações de cotação para uma lista de empresas.

Empresa	Telefone	Email
Trans Isaak Turismo Ltda	(41) 3217- 2200	comercial@transisaak.com.br
Expresso Guarios e Turismo Ltda.	(42) 3629- 1430	viagens@guarios.com.br
Abbatur	(41) 3363- 7070	abbatur@abbatur.com.br
Opção Turismo - Catarinense	(48) -3271- 1084	turismo.sul@opcaofretur.com.br; TURISMO.CTB@CATARINENSE.NET; diego.costa@opcaofretur.com.br
Absolut tur	41 3668- 0007	contato@absolut.tur.br; antonio-lgf@hotmail.com

Liberdade Transporte (Loc Bus)	41 3386 - 1010	liberdadetransportes@uol.com.br
Elite Vip Service	41 3377- 2505	elitevipservice@elitevipservice.com.br; operacional@elitevipservice.com.br; junior@elitevipservice.com.br; sergio@elitevipservice.com.br
Viação Iapó	42-3228- 4000	iapo@iapo.com.br; turismo@iapo.com.br; fretamento@iapo.com.br; comercial@iapo.com.br;
Rimatur	41 2141- 5715	rimatur@rimatur.com.br; comercial.turismo@rimatur.com.br;turismo2@rimatur.com.br
Montana Turismo	41 3286- 1551	montana@montanaturismo.com.br; montanaturismo@hotmail.com;
Penha - Nossa Senhora da Penha	41 3271- 8600	comercial@nspenha.com.br;turismocuritiba@expressomaringa.com.br; comercial@expressoctba.com.br
Francovig	41-3058- 9100	turismo@francovig.com;
Cattani Sul	46 3225- 2162	rodoviario@casaturturismo.com.br; neides@casaturturismo.com.br;casatur@casaturturismo.com.br
Princesa dos Campos	(41) 3312- 3863	fretamento@princesadoscampos.com.br; fretamento.ctb@princesadoscampos.com.br; anderson.perreira@princesadoscampos.com.br
Princesa do Oeste	(19) 3776- 2200	fretamento@princesadoeste.com.br; turismo3@princesadoeste.com.br; turismo5@princesadoeste.com.br
Cantelli	49-3566- 1589	contato@cantellitur.com.br; turismo@cantellitur.com.br

O detalhamento dos preços que compõe a média consta na tabela abaixo.

CAMPUS TELÊMACO BORBA					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
		DIÁRIA	25	R\$ 516,67	R\$ 12.916,67

1	VAN	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2500	R\$ 5,33	R\$ 13.333,33
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2500	R\$ 4,90	R\$ 12.250,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 29,33	R\$ 880,00
2	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	20	R\$ 1.224,50	R\$ 24.490,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2500	R\$ 7,82	R\$ 19.537,50
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 7,36	R\$ 7.360,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 204,45	R\$ 6.133,58
3	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	30	R\$ 1.530,75	R\$ 45.922,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1500	R\$ 9,42	R\$ 14.130,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	500	R\$ 8,91	R\$ 4.455,00
		HORA ADICIONAL	40	R\$ 198,20	R\$ 7.928,00
4	SEMILEITO	DIÁRIA	10	R\$ 2.085,75	R\$ 20.857,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 11,20	R\$ 22.400,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 9,97	R\$ 29.910,00
		HORA ADICIONAL	40	R\$ 286,27	R\$ 11.450,80
Valor total:					R\$ 253.954,88
Valor mensal:					R\$ 21.162,91

CAMPUS BARRACÃO					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
5	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	12	R\$ 1.224,50	R\$ 14.694,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 7,82	R\$ 23.445,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 7,36	R\$ 7.360,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 204,45	R\$ 4.089,05
6	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	25	R\$ 1.530,75	R\$ 38.268,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	8000	R\$ 9,42	R\$ 75.360,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	8000	R\$ 8,91	R\$ 71.280,00
		HORA ADICIONAL	40	R\$ 198,20	R\$ 7.928,00
Valor total:					R\$ 242.424,80
Valor mensal:					R\$ 20.202,07

CAMPUS CAPANEMA					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
7	VAN	DIÁRIA	48	R\$ 415,00	R\$ 19.920,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4000	R\$ 5,93	R\$ 23.700,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 5,55	R\$ 5.550,00

		HORA ADICIONAL	20	R\$ 110,75	R\$ 2.215,00
8	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	12	R\$ 1.224,50	R\$ 14.694,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	5000	R\$ 7,82	R\$ 39.075,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 7,36	R\$ 22.080,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 204,45	R\$ 6.133,58
9	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	24	R\$ 1.530,75	R\$ 36.738,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 9,42	R\$ 94.200,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 8,91	R\$ 53.460,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 198,20	R\$ 3.964,00
10	SEMILEITO	DIÁRIA	12	R\$ 2.085,75	R\$ 25.029,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 11,20	R\$ 22.400,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 9,97	R\$ 29.910,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 286,27	R\$ 8.588,10
Valor total:					R\$ 407.656,68
Valor mensal:					R\$ 33.971,39

CAMPUS PITANGA					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total

11	VAN	DIÁRIA	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 5,75	R\$ 17.250,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 5,25	R\$ 31.500,00
		HORA ADICIONAL	15	R\$ 29,00	R\$ 435,00
12	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	30	R\$ 1.224,50	R\$ 36.735,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 7,82	R\$ 23.445,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 7,36	R\$ 14.720,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 204,45	R\$ 4.089,05
13	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	9	R\$ 1.530,75	R\$ 13.776,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 9,42	R\$ 94.200,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	10000	R\$ 8,91	R\$ 89.100,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 198,20	R\$ 5.946,00
Valor total:					R\$ 339.196,80
Valor mensal:					R\$ 28.266,40

CAMPUS JACAREZINHO					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
14	VAN	DIÁRIA	15	R\$ 400,00	R\$ 6.000,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4000	R\$ 5,75	R\$ 23.000,00

		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 5,25	R\$ 31.500,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 29,00	R\$ 580,00
15	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	15	R\$ 1.224,50	R\$ 18.367,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4000	R\$ 7,82	R\$ 31.260,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 7,36	R\$ 14.720,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 204,45	R\$ 4.089,05
16	SEMILEITO	DIÁRIA	12	R\$ 2.085,75	R\$ 25.029,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 11,20	R\$ 33.600,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	5000	R\$ 9,97	R\$ 49.850,00
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 286,27	R\$ 7.156,75
Valor total:					R\$ 245.152,30
Valor mensal:					R\$ 20.429,36

CAMPUS IVAIPORÃ					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
17	VAN	DIÁRIA	20	R\$ 533,33	R\$ 10.666,67
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 5,43	R\$ 16.300,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 4,77	R\$ 28.600,00
		HORA ADICIONAL	15	R\$ 69,33	R\$ 1.040,00
		DIÁRIA	30	R\$ 1.224,50	R\$ 36.735,00

18	MICRO ÔNIBUS	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 9,42	R\$ 28.260,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 8,91	R\$ 17.820,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 198,20	R\$ 3.964,00
19	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	9	R\$ 2.085,75	R\$ 18.771,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 11,20	R\$ 112.000,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	10000	R\$ 9,97	R\$ 99.700,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 286,27	R\$ 8.588,10
Valor total:					R\$ 382.445,52
Valor mensal:					R\$ 31.870,46

CAMPUS PARANAVAÍ					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
20	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	10	R\$ 1.224,50	R\$ 12.245,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 7,82	R\$ 15.630,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 7,36	R\$ 22.080,00
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 204,45	R\$ 6.133,58
21		DIÁRIA	10	R\$ 1.530,75	R\$ 15.307,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1500	R\$ 9,42	R\$ 14.130,00

	ÔNIBUS CONVENCIONAL	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000	R\$ 8,91	R\$ 35.640,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 198,20	R\$ 3.964,00
22	SEMILEITO	DIÁRIA	20	R\$ 2.085,75	R\$ 41.715,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1000	R\$ 11,20	R\$ 11.200,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000	R\$ 9,97	R\$ 39.880,00
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 286,27	R\$ 5.725,40
Valor total:					R\$ 223.650,48
Valor mensal:					R\$ 18.637,54

CAMPUS JAGUARIAÍVA					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
23	VAN	DIÁRIA	15	R\$ 400,00	R\$ 6.000,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 5,75	R\$ 11.500,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 5,25	R\$ 5.250,00
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 29,00	R\$ 725,00
24	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	15	R\$ 1.224,50	R\$ 18.367,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 7,82	R\$ 23.445,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 7,36	R\$ 7.360,00
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 204,45	R\$ 5.111,31
		DIÁRIA	10	R\$ 2.085,75	R\$ 20.857,50

25	SEMILEITO	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 11,20	R\$ 33.600,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 9,97	R\$ 59.820,00
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 286,27	R\$ 7.156,75
Valor total:					R\$ 199.193,06
Valor mensal:					R\$ 16.599,42

CAMPUS FOZ DO IGUAÇU					
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total
26	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	10	R\$ 1.224,50	R\$ 12.245,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	5000	R\$ 7,82	R\$ 39.075,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 7,36	R\$ 14.720,00
		HORA ADICIONAL	24	R\$ 204,45	R\$ 4.906,86
27	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	25	R\$ 1.530,75	R\$ 38.268,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 9,42	R\$ 94.200,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000	R\$ 8,91	R\$ 35.640,00
		HORA ADICIONAL	60	R\$ 198,20	R\$ 11.892,00
28	SEMILEITO	DIÁRIA	30	R\$ 2.085,75	R\$ 62.572,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	15000	R\$ 11,20	R\$ 168.000,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	12000	R\$ 9,97	R\$ 119.640,00

		HORA ADICIONAL	72	R\$ 286,27	R\$ 20.611,44
Valor total:					R\$ 621.771,55
Valor mensal:					R\$ 51.814,30

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Dessa forma, a licitação será realizada por item de serviços, com valor global de 12 (doze) meses.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Trata-se de uma demanda necessária para possibilitar a realização de atividades didático-pedagógicas que necessitem de saídas de campo e visitas técnicas, impactando diretamente nas atividades fins das unidades do Instituto Federal do Paraná: o ensino, a pesquisa e a extensão.

A contratação está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico do IFPR e, abaixo, segue a informação referente à previsão desta demanda no Plano Anual de Contratações das unidades requisitantes para o exercício de 2024.

CAMPUS/UNIDADE	A DEMANDA FOI REGISTRADA NO PAC/PGC DA UNIDADE?		
	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
TELÊMACO BORBA	X		
BARRAÇÃO	X		
CAPANEMA	X		
PITANGA	X		
JACAREZINHO	X		
IVAIPORÃ	X		

PARANAVAÍ	X		
JAGUARIAÍVA	X		
FOZ DO IGUAÇU	X		

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se garantir que as atividades didático-pedagógicas da instituição sejam cumpridas, principalmente as demandas que envolvam Ensino, Pesquisa e Extensão em eventuais atividades de campo realizadas fora do ambiente da instituição.

Além do fortalecimento das atividades educacionais, almeja-se também a utilização dos recursos públicos de forma mais eficiente à medida que tal contratação dispensa a necessidade de uma frota própria de veículos coletivos, e consequentemente custos de manutenção, combustível, seguro e contratação de mão de obra terceirizada. Acrescenta-se ainda, a intermitência desse tipo de serviço durante o ano letivo dos campi, já que durante os meses de julho, dezembro e janeiro, a demanda é praticamente nula por tratar-se do período de férias escolares.

13. Providências a serem Adotadas

A adequação se dará apenas quanto à capacitação dos servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato, designados na forma da lei, com a experiência necessária para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Nos termos do Decreto 9.178/20217, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP, a inserção da sustentabilidade em serviços contratados pela Administração Pública é relacionada ao tripé da sustentabilidade ou Triple-Bottom-Line de John Elkington, com suas três bases conceituais — econômica, ambiental e social.

Sustentabilidade como especificação técnica do objeto:

O citado Decreto 7.746/2016 em seu Art. 4º elenca critérios e práticas sustentáveis, entre as quais estão:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

[...]

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

Considerando tais critérios e utilizando-se como parâmetro o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, as especificações do objeto devem contemplar:

“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”

“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, complementações e alterações supervenientes.”

Sustentabilidade como obrigação da contratada:

As obrigações da contratada devem estar relacionadas ao objeto contratual, da mesma forma que as previsões de sustentabilidade referem-se às condições em que é prestado o serviço e podem decorrer da inserção de normas ambientais ou de outras obrigações estabelecidas, motivadamente, pela Administração, para a execução do serviço. Neste sentido, as cláusulas contratuais deverão ser formalizadas de modo a garantir, entre outras questões, a correta gestão da mão de obra a ser disponibilizada e o fiel cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de forma que a responsabilidade econômica e social da empresa seja garantida.

Ainda, os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustíveis de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/98.

A contratada deverá, na prestação do serviço, dar preferência ao abastecimento em postos que estejam no trajeto do transporte que será realizado, sempre que possível.

Só serão aceitas aquelas prestadoras de serviços que desenvolvem ações para contribuir com a conscientização no trânsito, comprovadamente, por meio de treinamentos aos condutores dos veículos, como de primeiro socorros e direção defensiva.

Desenvolver critérios para controlar multas e acidentes, utilizando indicadores, e reduzir os custos, além de aumentar a segurança e a saúde dos condutores e terceiros.

Realizar manutenção preventiva de veículos no tempo determinado que garanta a continuidade do serviço, mediante notificações, e evite impactos econômicos com reparos e substituições.

Proporcionar segurança aos passageiros, impedindo qualquer fato que coloque em risco a integridade física e psíquica dos servidores do órgão/entidade, além dos colaboradores da contratada e terceiros.

Realizar os serviços conforme constante nas cláusulas contratuais, obedecendo aos critérios de responsabilidade ambiental previstos.

É obrigação da contratada o uso de rede de postos ou oficinas com capilaridade e alcance suficiente para evitar o deslocamento a longas distâncias para o abastecimento.

A contratada deverá, preferencialmente utilizar rede de abastecimentos e manutenção com práticas e diretrizes socioambientais onde existem boas práticas relativas ao reuso da água, coleta seletiva de resíduos, descarte ambientalmente adequado de óleo, etc.

Os principais impactos ambientais relacionados ao serviço se referem a emissão de poluentes decorrentes da utilização dos veículos, de modo que para minimizar os efeitos, deverão ser adotados e cumpridos os requisitos de "Critérios e práticas de sustentabilidade", mencionados no presente estudo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A partir dos presentes estudos preliminares e em atendimento ao disposto no Art. 24, inciso XII da IN 05/2017-SEGES/MPDG, a Equipe de Planejamento declara a contratação pretendida **VIÁVEL**, por meio de pregão SRP, na forma eletrônica, devendo prosseguir com a tramitação prevista.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/04/2024 às 16:23:18.

MARCELO MAZZETTO

Membro da comissão de contratação

PAULO SERGIO CARNICELLI

Pregoeiro

FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

Anexo IV - APENDICE II - MR 36_2024.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
36/2024	CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA	23/04/2024 16:24
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação do serviço de frota eventual de vans, ônibus e micro-ônibus para unidades do IFPR.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	FORMALIZAÇÃO DA OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA NÃO REALIZADA PELO SETOR REQUISITANTE	O setor requisitante não formalizar a demanda da unidade.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Os serviços e itens a serem contratados não serem compatíveis ou não atenderem à Demanda do Setor Requisitante				
	Ações Preventivas					
P-01	Requisitante deve ser a autora do Documento de formalização de Demanda	Responsáveis: CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, PAULO SERGIO CARNICELLI, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES				
Ações de Contingência						
C-01	Ajustes para que a Demanda atenda às necessidades do órgão; Desconsideração da demanda apontada	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	DEFINIÇÃO DE REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INDEVIDOS E/OU DESNECESSÁRIOS	Falta de alinhamento com o planejamento institucional e com as necessidades do cotidiano.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Elevação do Preço a ser pago por item contratado; Limitação à competição/Concorrência.				
	Ações Preventivas					
P-01	Verificação das exigências legais cabíveis de modo que não impactem na restrição da competição	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES				
P-02	Consultar modelo de contratações de outros órgãos.	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES				
Ações de Contingência						
C-01	Verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	PROXIMIDADE INADEQUADA (PESSOALIDADE) E N T R E SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO D A CONTRATAÇÃO E EMPRESAS DO MERCADO.	DA A existência de relações pessoais entre servidores da equipe de planejamento e fornecedores.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	A referida proximidade/pessoalidade pode culminar na quebra da imparcialidade da equipe e no direcionamento da licitação.				
	Ações Preventivas					
P-01	Utilizar modelos de contratações de outros órgãos.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
P-02	Formalizar todas as informações solicitadas e prestadas aos fornecedores (Por meio de e-mail ou outro instrumento equivalente).			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Caso haja necessidade de interação com os fornecedores que tal ação seja documentada, justificando essa necessidade nos autos do processo de contratação.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	LICITAÇÃO DESERTA /FRACASSADA OU DESISTÊNCIA DA PROPOSTA	Ausência de propostas adequadas ao atendimento da necessidade identificada.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Atraso na Contratação dos serviços demandados e prejuízos às atividades acadêmicas desenvolvidas nas unidades do IFPR em virtude da falta de transporte adequado, objeto da presente contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar o Termo de Referência e Edital de modo a garantir que a definição do objeto seja precisa, suficiente e clara; que não limite a competição, garantindo a ampla concorrência.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
P-02	Dar máxima publicidade ao Edital atendendo ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666 /1.993 e na Lei nº 12.507/2.011			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Proceder à alteração das condições de participação que possam ter ocasionado a ausência de interessados.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
C-02	Efetuar a republicação do Edital atendidos os prazos legais.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
C-03	Em caso de desistência da proposta, realizar o encaminhamento para penalização.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	ERRO DE PREENCHIMENTO NA PROPOSTA PELO LICITANTE	Licitante preencher de forma incorreta a proposta.	Seleção do Fornecedor	Contratada	Médio	

Impactos						
1	Protelação quanto aos encaminhamentos necessários à conclusão do Certame Licitatório.					
Ações Preventivas						
P-01	Revisar Anexo do Edital relativo ao Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços a ser disponibilizado, com vistas a identificar possíveis vícios e/ou informações inconclusivas que possam culminar em erro de preenchimento.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar as diligências cabíveis a fim de verificar se há a possibilidade de se solicitar a devida correção (ou se a legislação pertinente à proíbe; ou ainda se está - ou não - em conformidade às especificações estabelecidas no Termo de Referência correspondente).			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	ACEITAR ATESTADO(S) DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA FALSO(S)	Não identificação de falsidade na qualificação técnica apresentada pelo licitante.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Retardar a execução contratual do objeto em virtude de ingerência por parte da Contratada.					
Ações Preventivas						
P-01	Comprovar a autenticidade e legitimidade dos atestados de qualificação técnica fornecidos pelas empresas selecionadas no certame.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA		
Ações de Contingência						
C-01	Se tratando de Atestado fornecido por entidade pública ou Privada: Realizar Circularização (Confirmação Externa, junto ao emissor) a fim de confirmar a prestação de serviços declarada pelo proponente.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA		
C-02	Se o atestado for proveniente de entidade Privada, além da Circularização, solicitar a apresentação da GFIP (Lei nº 9.528/1.997) relativa à uma competência dos serviços declarados em meio ao Atestado fornecido, com vistas a comprovar a efetividade dos serviços prestados.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	Licitante interpor recursos referente ao resultado do certame.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso na Contratação dos serviços/itens ou a ausência destes, tendo em vista que os contratos vigentes relativos à frota eventual no âmbito do IFPR já estão expirados ou prestes a expirar					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer/Revisar Cronograma com previsão de tempo suficiente entre a realização do certame (Com os possíveis recursos que podem ser apresentados nas Fases de Verificação da Proposta e de Habilitação) e a homologação deste.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
P-02	Realizar análise criteriosa da proposta e documentos de habilitação da licitante vencedora, verificando todos os requisitos exigidos no Edital e Anexos.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar as diligências cabíveis e necessárias para os devidos encaminhamentos dos recursos apresentados.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	ESPECIFICAÇÃO INSUFICIENTE PARA OS ITENS CONTRATADOS	A área demandante não especificar corretamente os itens que serão contratados.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	O serviço ser prestado e o item ser oferecido de maneira falha/parcial, sem atender efetivamente às necessidades institucionais.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar Termo de Referência com critérios objetivos, sendo observadas as necessidades da contratação e sanadas as falhas ocorridas/identificadas nos Contratos anteriores.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Ajustes para que a Demanda atenda às necessidades da Unidade			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS OU COM VALORES MUITO BAIXOS	Dimensionamento errôneo dos valores da contratação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	
	Impactos					
	1	Possibilidade de que a empresa não cumpra o contrato e impossibilidade de contratação remanescente.				
	Ações Preventivas					
P-01	Estabelecer critérios objetivos de análise de propostas no instrumento convocatório.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
Ações de Contingência						
C-01	Realizar diligências a fim de avaliar e identificar propostas classificadas como inexequíveis e, a partir dos critérios fundamentais estabelecidos, desclassificar tais propostas.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA	
C-02	Munir a Equipe de Apoio ao Pregoeiro de Servidor que detenha conhecimentos básicos em Contabilidade ou que seja atribuído a Cargo de Contador no âmbito do IFPR, a fim de favorecer às análises que permitam a identificação de propostas inexequíveis.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	AUSÊNCIA DE GESTÃO FISCALIZAÇÃO EXECUÇÃO CONTRATO	DE Falta de servidores indicados para a realização das atividades de gestão e DO fiscalização	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Prejuízos ao erário público em virtude de inexecuções ou outros atos praticados pela contratante sem a devida sanção legal cabível.				
	Ações Preventivas					
P-01	Área requisitante indicar os servidores devidamente cientificados, de acordo com a IN nº 05/2017, para exercerem as atividades de gestão de execução do contrato, fiscalização técnica e administrativa.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
P-02	Indicar, para os fins de Gestão e Fiscalização, servidores capacitados e com perfil próprio para a atividade inerente.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
Ações de Contingência						
C-01	Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscal e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	INEXECUÇÃO TOTAL PARCIAL CONTRATO	Contratada não cumprir com as obrigações OU previstas contratualmente, deixando de DO prestar os serviços de forma total ou parcial.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Prejuízos às atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas nas unidades do IFPR em virtude da inexecução total ou parcial				
	Ações Preventivas					
P-01	Prever no processo licitatório a formalização de um contrato para cada unidade gestora executora, diminuindo a possibilidade de interrupção dos serviços em todas as unidades.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
P-02	Estabelecer objetivamente no edital da licitação as formas de gestão de qualidade do serviço por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR).			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
P-03	Recusar os serviços em desacordo com o instrumento convocatório			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
Ações de Contingência						
C-01	Efetuar o registro das falhas e aplicar as penalidades estabelecidas na gestão de qualidade do contrato (IMR).			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	DEIXAR DE MANTER DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.	Contratada não manter os requisitos de habilitação em dia ao longo da execução contratual.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

Impactos

1 Inexecução Contratual

Ações Preventivas

P-01 Verificar mensalmente, a cada atesto da nota fiscal, as condições de habilitação e qualificação da contratada. **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Ações de Contingência

C-01 Notificar a empresa via Formulário de Ocorrência com cópia para o Gestor. Persistindo a irregularidade, abrir Sugestão de Penalização, conforme Manual de penalizações do IFPR (Portaria Normativa nº 02/2018). **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

C-02 Persistindo a irregularidade, adotar as medidas necessárias à aplicação de penalidades e avaliação da rescisão do contrato, assegurada à contratada a ampla defesa. **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

C-03 No caso da situação prevista no item 2 e, havendo necessidade de continuidade dos serviços, comunicar à autoridade competente a necessidade de nova licitação ou contratação por remanescente (Inc. I, Art. 90, Lei nº 14.133/2021), se for o caso. **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	DEIXAR DE INDICAR E MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO OS PREPOSTOS	A contratada não apresentar ou não A manter preposto ativo ao longo da vigência contratual.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

Impactos

1 Inexecução parcial de Contrato.
2 Desconcentração dos encaminhamentos para a plena execução do contrato.
3 Ingerência na gestão de conflitos e pendências na relação contratual.

Ações Preventivas

P-01 Fiscalizar a execução contratual. **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Ações de Contingência

C-01 Notificar a empresa via Formulário de Ocorrência com cópia para o Gestor. Persistindo a irregularidade, abrir Sugestão de Penalização, conforme Manual de penalizações do IFPR (Portaria Normativa nº 08/2021). **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

C-02 Apurar responsabilidade, aplicar multa (se for o caso), conforme gradação prevista em contrato e quaisquer outras sanções que entender cabíveis e previstas no Edital, contrato e legislação, respeitando o contraditório e a ampla defesa da empresa. **Responsáveis:** PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	DESCONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DEVIDO AO Não ocorrer a prorrogação contratual ou TÉRMINO DA não ser realizada nova contratação. VIGÊNCIA DO CONTRATO.					
	Impactos					
	1	Falta de manutenção e outros serviços essenciais para a continuidade das atividades desenvolvidas no IFPR.				
	Ações Preventivas					
P-01	Estabelecer no Edital a possibilidade de prorrogação contratual conforme estabelecido no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
P-02	Acompanhar o prazo de vigência do contrato a fim de verificar, em tempo hábil e suficiente, a necessidade de se renovar o tempo de vigência do contrato ou de realizar nova licitação, conforme o caso.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
Ações de Contingência						
C-01	Instruir o processo de prorrogação contratual em tempo hábil, de acordo com o Anexo IX da IN 05/2017, para renovação contratual dentro do prazo e validade do contrato, considerando os prazos internos, tais como aprovação de autoridade competente, análise da Procuradoria Federal, emissão de empenho ou reforço e assinatura do termo e publicação no DOU.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
C-02	Instruir o processo para nova licitação de acordo com a IN 05/2017 em tempo hábil para realizar a licitação e realizar a contratação.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO POR MOTIVO DE Ocorrência de suspensão ou interrupção do FORÇA MAIOR OU contrato CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS.					
	Impactos					
	1	Paralisação dos serviços prestados				
	Ações Preventivas					
P-01	Fiscalizar o cumprimento das obrigações durante a execução do contrato.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
Ações de Contingência						
C-01	Apurar responsabilidade, aplicar descontos previstos no IMR e sanções cabíveis. Avaliar a possibilidade de rescisão Contratual.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	PAGAMENTO INDEVIDO CONTRATADA À Realizar pagamentos ao quais a contratada não faz jus.					
	Impactos					
	1	Pagamento de itens não prestados/fornecidos, ou prestados de modo insatisfatório e/ou em desconformidade ao acordado.				
	2	Prejuízo ao Erário				
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a fiscalização promovendo as glosas previstas em contrato, Orientações Normativas, instruções normativas e instrumento de medição de resultado (IMR).			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	
P-02	Conhecer e entender a planilha de valores determinada no Termo de Referência e Contrato, para que o cálculo de cada viagem seja calculado corretamente.			Responsáveis:	PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES	

Ações de Contingência		
C-01	Adequar o contrato e solicitar retificação da Nota Fiscal, se for o caso.	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES
C-02	Efetuar Glosa retroativa e apurar responsabilidade.	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	NÃO APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA EM CONTRATO	Deixar a gestão do contrato de aplicar multa decorrente do descumprimento das obrigações contratuais.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Precarização dos serviços prestados pela Contratada					
Ações Preventivas						
P-01	Fiscalizar a execução do contrato realizando o Formulário de Ocorrências nas situações de não cumprimento das obrigações contratuais e analisar a resposta da empresa.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
P-02	Realizar o Formulário de Sugestão de Penalização.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		

Ações de Contingência		
C-01	Notificar a empresa e realizar a decisão administrativa com base no contrato e legislação vigente, conforme Manual de Fiscalização do IFPR (Portaria Normativa nº 08/2021).	Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DOS SERVIÇOS JÁ PRESTADOS DEVIDO A NÃO LIBERAÇÃO PELA SETORIAL DA STN	Atraso no pagamento da contratada decorrente de p´roblemas na liberação dos recursos financeiros.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Incidência de Juros e outros encargos previstos no contrato, em virtude do atraso do pagamento à contratada.					
2	Incidência de Juros, Multas e outros encargos, em virtude do recolhimento fora do prazo legal dos tributos retidos na NFS-e (INSS, ISS, PIS, COFINS, CSLL).					
Ações Preventivas						
P-01	Encaminhar com maior brevidade possível, a documentação referente aos pagamentos para os setores responsáveis para que seja liquidado e incluído na cronologia de pagamentos, conforme estabelecido pela IN nº 02/2.016 - MPDG.			Responsáveis: PAULO SERGIO CARNICELLI, CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		
Ações de Contingência						
C-01	Em caso de insuficiência do recurso financeiro, priorizar o pagamento dos serviços já prestados e/ou verificar a possibilidade de quebra de ordem cronológica baseado no artigo 5º da IN nº 02/2.016 - MPDG.			Responsáveis: CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA, PAULO SERGIO CARNICELLI, MARCELO MAZZETTO, FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA

Membro da comissão de contratação

MARCELO MAZZETTO

Membro da comissão de contratação

PAULO SERGIO CARNICELLI

Pregoeiro

FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

Anexo V - ANEXO I - Termo de Referencia.pdf

Termo de Referência 102/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
102/2024	158009-INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	PAULO SERGIO CARNICELLI	25/06/2024 14:44 (v 2.0)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23411.006005/2024-95

1. Definição do objeto

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte coletivo (vans, micro-ônibus, ônibus convencional e ônibus semi-leito), em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão de obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná - IFPR, no transporte intramunicipal, intermunicipal e interestadual, de discentes, docentes e técnicos administrativos, aferidos por valor de diária e quilometragem, observando os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CAMPUS TELÊMACO BORBA						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
1	VAN	DIÁRIA	25	R\$ 516,67	R\$ 12.916,67	R\$ 39.371,67
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2500	R\$ 5,33	R\$ 13.325,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2500	R\$ 4,90	R\$ 12.250,00	
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 29,33	R\$ 880,00	
		DIÁRIA	20	R\$ 1.224,50	R\$ 24.490,00	
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2500	R\$ 7,82	R\$ 19.550,00	

2	MICRO ÔNIBUS	KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 7,36	R\$ 7.360,00	R\$ 57.533,50
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 204,45	R\$ 6.133,50	
3	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	30	R\$ 1.530,75	R\$ 45.922,50	R\$ 72.435,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1500	R\$ 9,42	R\$ 14.130,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	500	R\$ 8,91	R\$ 4.455,00	
		HORA ADICIONAL	40	R\$ 198,20	R\$ 7.928,00	
4	SEMILEITO	DIÁRIA	10	R\$ 2.085,75	R\$ 20.857,50	R\$ 84.618,30
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 11,20	R\$ 22.400,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 9,97	R\$ 29.910,00	
		HORA ADICIONAL	40	R\$ 286,27	R\$ 11.450,80	

CAMPUS BARRAÇÃO						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
5	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	12	R\$ 1.224,50	R\$ 14.694,00	R\$ 49.603,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 7,82	R\$ 23.460,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 7,36	R\$ 7.360,00	

		HORA ADICIONAL	20	R\$ 204,45	R\$ 4.089,00	
6	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	25	R\$ 1.530,75	R\$ 38.268,75	R\$ 192.836,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	8000	R\$ 9,42	R\$ 75.360,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	8000	R\$ 8,91	R\$ 71.280,00	
		HORA ADICIONAL	40	R\$ 198,20	R\$ 7.928,00	

CAMPUS CAPANEMA						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
7	VAN	DIÁRIA	48	R\$ 415,00	R\$ 19.920,00	R\$ 51.405,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4000	R\$ 5,93	R\$ 23.720,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 5,55	R\$ 5.550,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 110,75	R\$ 2.215,00	
8	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	12	R\$ 1.224,50	R\$ 14.694,00	R\$ 82.007,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	5000	R\$ 7,82	R\$ 39.100,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 7,36	R\$ 22.080,00	
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 204,45	R\$ 6.133,50	
		DIÁRIA	24	R\$ 1.530,75	R\$ 36.738,00	

9	ÔNIBUS CONVENCIONAL	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 9,42	R\$ 94.200,00	R\$ 188.362,00
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 8,91	R\$ 53.460,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 198,20	R\$ 3.964,00	
10	SEMILEITO	DIÁRIA	12	R\$ 2.085,75	R\$ 25.029,00	R\$ 85.927,10
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 11,20	R\$ 22.400,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 9,97	R\$ 29.910,00	
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 286,27	R\$ 8.588,10	

CAMPUS PITANGA						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
11	VAN	DIÁRIA	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00	R\$ 57.185,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 5,75	R\$ 17.250,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 5,25	R\$ 31.500,00	
		HORA ADICIONAL	15	R\$ 29,00	R\$ 435,00	
12	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	30	R\$ 1.224,50	R\$ 36.735,00	R\$ 79.004,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 7,82	R\$ 23.460,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 7,36	R\$ 14.720,00	

		HORA ADICIONAL	20	R\$ 204,45	R\$ 4.089,00	
13	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	9	R\$ 1.530,75	R\$ 13.776,75	R\$ 203.022,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 9,42	R\$ 94.200,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	10000	R\$ 8,91	R\$ 89.100,00	
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 198,20	R\$ 5.946,00	

CAMPUS JACAREZINHO						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
14	VAN	DIÁRIA	15	R\$ 400,00	R\$ 6.000,00	R\$ 61.080,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4000	R\$ 5,75	R\$ 23.000,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 5,25	R\$ 31.500,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 29,00	R\$ 580,00	
15	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	15	R\$ 1.224,50	R\$ 18.367,50	R\$ 68.456,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	4000	R\$ 7,82	R\$ 31.280,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 7,36	R\$ 14.720,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 204,45	R\$ 4.089,00	
		DIÁRIA	12	R\$ 2.085,75	R\$ 25.029,00	

16	SEMILEITO	KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 11,20	R\$ 33.600,00	R\$ 115.635,75
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	5000	R\$ 9,97	R\$ 49.850,00	
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 286,27	R\$ 7.156,75	

CAMPUS IVAIPORÃ						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
17	VAN	DIÁRIA	20	R\$ 533,33	R\$ 10.666,60	R\$ 56.616,55
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 5,43	R\$ 16.290,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 4,77	R\$ 28.620,00	
		HORA ADICIONAL	15	R\$ 69,33	R\$ 1.039,95	
18	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	30	R\$ 1.224,50	R\$ 36.735,00	R\$ 86.779,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 9,42	R\$ 28.260,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 8,91	R\$ 17.820,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 198,20	R\$ 3.964,00	
19	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	9	R\$ 2.085,75	R\$ 18.771,75	R\$ 239.059,85
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 11,20	R\$ 112.000,00	

		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	10000	R\$ 9,97	R\$ 99.700,00	
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 286,27	R\$ 8.588,10	

CAMPUS PARANAVAÍ						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
20	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	10	R\$ 1.224,50	R\$ 12.245,00	R\$ 56.098,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 7,82	R\$ 15.640,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	3000	R\$ 7,36	R\$ 22.080,00	
		HORA ADICIONAL	30	R\$ 204,45	R\$ 6.133,50	
21	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	10	R\$ 1.530,75	R\$ 15.307,50	R\$ 69.041,50
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1500	R\$ 9,42	R\$ 14.130,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000	R\$ 8,91	R\$ 35.640,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 198,20	R\$ 3.964,00	
22	SEMILEITO	DIÁRIA	20	R\$ 2.085,75	R\$ 41.715,00	R\$ 98.520,40
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	1000	R\$ 11,20	R\$ 11.200,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000	R\$ 9,97	R\$ 39.880,00	
		HORA ADICIONAL	20	R\$ 286,27	R\$ 5.725,40	

CAMPUS JAGUARIAÍVA						
ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
23	VAN	DIÁRIA	15	R\$ 400,00	R\$ 6.000,00	R\$ 23.475,00
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	2000	R\$ 5,75	R\$ 11.500,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 5,25	R\$ 5.250,00	
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 29,00	R\$ 725,00	
24	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	15	R\$ 1.224,50	R\$ 18.367,50	R\$ 54.298,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 7,82	R\$ 23.460,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	1000	R\$ 7,36	R\$ 7.360,00	
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 204,45	R\$ 5.111,25	
25	SEMILEITO	DIÁRIA	10	R\$ 2.085,75	R\$ 20.857,50	R\$ 121.434,25
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	3000	R\$ 11,20	R\$ 33.600,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	6000	R\$ 9,97	R\$ 59.820,00	
		HORA ADICIONAL	25	R\$ 286,27	R\$ 7.156,75	

CAMPUS FOZ DO IGUAÇU						

ITEM	TIPO DE ÔNIBUS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	Média	Valor Total	Total Anual
26	MICRO ÔNIBUS	DIÁRIA	10	R\$ 1.224,50	R\$ 12.245,00	R\$ 70.946,80
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	5000	R\$ 7,82	R\$ 39.100,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	2000	R\$ 7,36	R\$ 14.720,00	
		HORA ADICIONAL	24	R\$ 204,45	R\$ 4.906,80	
27	ÔNIBUS CONVENCIONAL	DIÁRIA	25	R\$ 1.530,75	R\$ 38.268,75	R\$ 180.000,75
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	10000	R\$ 9,42	R\$ 94.200,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	4000	R\$ 8,91	R\$ 35.640,00	
		HORA ADICIONAL	60	R\$ 198,20	R\$ 11.892,00	
28	SEMILEITO	DIÁRIA	30	R\$ 2.085,75	R\$ 62.572,50	R\$ 370.823,94
		KM RODADO (ATÉ 500 KM)	15000	R\$ 11,20	R\$ 168.000,00	
		KM RODADO (ACIMA DE 500 KM)	12000	R\$ 9,97	R\$ 119.640,00	
		HORA ADICIONAL	72	R\$ 286,27	R\$ 20.611,44	

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1) A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2) O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência

3. Descrição da solução

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1 Os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustível de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/1998.

4.2 Os veículos automotores utilizados na prestação de serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

4.3 Os veículos deverão atender também aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5 No caso da Contratada optar pela subcontratação, deverá observar os seguintes critérios:

4.5.1 É expressamente vedada a subcontratação integral da prestação dos serviços de transporte, respeitando o limite máximo de até 40% do valor do contrato;

4.5.2 É permitida a subcontratação, fora dos limites máximos estipulados no item anterior:

4.5.2.1 Quando a Contratante necessitar de veículo adaptado para cadeirantes e a Contratada não possuir este modelo em sua frota;

4.5.2.2 Nos casos em que a empresa comprovar que toda a frota está ocupada, com compromissos firmados antes do recebimento da Ordem de Serviços;

4.5.2.3 Quando em razão de peculiaridades do percurso, do terreno ou do destino, for necessário o emprego de veículo de menor porte ou adaptado, em razão das condições do terreno ou de localidade de difícil acesso, em que o transporte para local específico não possa ser prestado por veículo da frota da Contratada, será permitida a subcontratação de prestador de serviço local, desde que previamente autorizado pela Contratante;

4.5.3 É de total responsabilidade da Contratada todas as ações e omissões praticadas pela subcontratada na prestação de serviços para atendimento ao IFPR;

4.5.4 Para qualquer subcontratação, deverá a Contratada solicitar autorização prévia ao IFPR, com a justificativa da subcontratação;

4.5.5 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.5.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7 Não se aplica ao objeto.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução dos serviços será iniciada de acordo com a ordem de serviços, sob demanda, na forma que segue:

5.2 Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento:

5.2.1 De servidores ou pessoas a serviço do INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ;

5.2.2 De documentos;

5.2.3 De encomendas e cargas tais como: livros, cartazes, papéis, equipamentos, e outros materiais.

5.2.4 De discentes

5.3 Os serviços serão solicitados através de requisição de veículos, emitida pelo servidor demandante, contendo roteiro e justificativa, entre outros dados, que a entregará aos servidores especialmente designados, os quais emitirão a Ordem de Serviços à Contratada, visando à realização de serviço de transporte de pessoas ou entrega de documentos e/ou cargas, equipamentos, conforme indicado.

5.4 Uma cópia do documento de requisição de veículo será encaminhada para a CONTRATADA, para controle e arquivamento.

5.5 Serviços Eventuais de transporte de passageiros são os serviços de "vans", "micro-ônibus", "ônibus convencional" e "ônibus semi-leito" solicitados eventualmente, para as necessidades de deslocamento em comitiva, viagens de alunos, de servidores e prestadores de serviço, em atividades oficiais, conforme estimativa de quilometragem. A estimativa foi calculada considerando o histórico de demanda deste IFPR.

5.6 Para esses serviços a CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos conforme especificações expressas neste Termo de Referência.

5.7 Os serviços eventuais serão solicitados com antecedência mínima de 3 (três) dias, contados a partir da entrega da Ordem de Serviço, devendo os veículos estarem à disposição do IFPR no local estipulado, no mínimo, 30 (trinta) minutos antes do horário determinado. O IFPR poderá solicitar nas mesmas condições pactuadas, a quantidade necessária de veículos para o atendimento de sua necessidade.

5.8 A CONTRATADA deverá confirmar a disponibilidade do veículo para o deslocamento no prazo máximo de 2 (dois) dias antes da data do atendimento.

5.9 Deverá ser solicitada listagem de passageiros pela CONTRATADA, de acordo com as normas da ANTT, para todos os casos em que forem necessários.

5.10 As solicitações dos serviços eventuais contemplarão tanto atendimentos em vias urbanas, quanto em vias rurais, devendo a CONTRATADA respeitar sempre as características dos veículos a serem utilizados em cada caso, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

5.11 Será gerado um código de atendimento a cada solicitação realizada pela CONTRATANTE, o qual deverá constar nos relatórios analíticos mensais gerados pela empresa, e em suas respectivas Notas Fiscais, no momento do faturamento.

5.12 O instrumento de medição (hodômetro ou sistema similar) do veículo utilizado será acionado somente no ato do embarque do usuário e encerrar-se-á no ato do desembarque. Se o embarque e/ou desembarque for efetuado fora dos limites do IFPR, o instrumento de medição será acionado de forma a computar os quilômetros rodados com o veículo sem passageiros.

5.13 Quando solicitada, a CONTRATADA ficará obrigada a aguardar o usuário pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, sem quaisquer ônus adicionais ao IFPR, quando em deslocamentos cujo destino fique até 10 (dez) quilômetros. Para deslocamentos superiores a 10 (dez) quilômetros o tempo de espera é de até uma hora. Ultrapassado esses períodos de tempo a CONTRATADA ficará desobrigada a aguardar o usuário no local.

5.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar 1 (um) motorista nos deslocamentos de até 700 km e 2 (dois) motoristas nos deslocamentos acima de 700 km, respeitando sempre os intervalos de descanso conforme Resolução nº 2390, de 20 de novembro de 2007 (ANTT).

5.15 O pagamento será realizado obedecendo aos seguintes critérios:

PAGAMENTO (\$) = (Preço da Diária x Qtde de Diárias) + (Preço da Diária Adicional x Qtde de Diárias Adicionais) + [Preço do Km Rodado (até 500 km ou acima de 500 km) X Qtde de km Excedente da Franquia] + (Preço da Hora Adicional X Qtde de Horas Adicionais)

Onde:

PREÇO DA DIÁRIA = preço pago pelo veículo com motorista(s) disponibilizado ao IFPR pelo período de 10 horas e franquia de 100 Km livres.

DIÁRIAS = quantidade de diárias utilizadas no período da viagem

PREÇO DA DIÁRIA ADICIONAL = preço pago pelo veículo com motorista(s) quando o valor do montante de horas adicionais ultrapassar o valor de uma diária. Por exemplo: se o valor da hora for 100 reais e a diária 800 reais, ao utilizar acima de 8 horas adicionais, será cobrado uma diária adicional ao invés das horas adicionais.

DIÁRIAS ADICIONAIS = quantidade de diárias adicionais no período da viagem

PREÇO DO KM RODADO = valor atribuído ao custo da quilometragem utilizada pelo veículo além da franquia disponibilizada pelo pagamento da diária.

KM EXCEDENTE DA FRANQUIA = quilometragem medida pelo hodômetro (ou outro instrumento utilizado e aprovado pelo IFPR) que ultrapassa a franquia da diária. Serão considerados apenas os valores inteiros de quilometragem para efeito de pagamento, sendo que os arredondamentos serão sempre para baixo. Por exemplo: se o hodômetro marcar 159,98Km será considerado para efeito pagamento apenas os 159 quilômetros.

PREÇO DA HORA ADICIONAL = preço pago por hora pela utilização do veículo que excede às 10 (dez) horas contempladas por uma diária;

HORAS ADICIONAIS = horas utilizadas para execução das atividades demandadas pelo IFPR que ultrapassar às 10 (dez) horas contempladas no pagamento de uma diária, até alcançar o valor de uma diária. Caso ultrapasse, será cobrado apenas a diária adicional e não as horas adicionais, como citado anteriormente.

5.16 Os valores das diárias, dos quilômetros excedentes e horas adicionais serão realizados com o mesmo preço, independentemente de dias úteis ou feriados e aferidos por tempo corrido.

5.17 O cômputo da hora adicional será calculado da seguinte forma:

5.17.1 O motorista da empresa registrará a data e hora de início e término dos atendimentos em “Formulário de Controle de Quilometragem”, as quais deverão ser atestadas pelo servidor responsável do atendimento;

5.17.2 O registro de início e término da data e hora da prestação de serviço deverá ser feita também de forma parcial;

5.17.3 Para efeito de cálculo, será considerado um dia de trabalho com 24 horas corridas, independente do horário e se o início e o término do atendimento sejam em datas distintas;

5.17.4 O montante total dos valores contemplados pelas horas adicionais não podem ultrapassar o valor equivalente à cobrança de uma diária.

5.17.5 Considera-se uma diária, a jornada de até 10 (dez) horas. Quando ultrapassada, será acrescida de hora adicional, até alcançar o valor de uma diária. Caso ultrapasse, será cobrado apenas a diária adicional e não as horas adicionais, conforme o tipo de veículo.

5.17.6 As horas adicionais nunca excederão o valor de uma diária. Caso, a solicitação ultrapasse este limite, será cobrado somente o valor de uma diária adicional, desconsiderando os valores das horas adicionais por dia trabalhado (período de 24h).

5.17.7 Se a utilização do veículo exceder o período de 24 horas corridas, contados a partir do início do atendimento, será computada uma nova diária nas mesmas condições anteriormente descritas;

5.17.8 Se a hora adicional parcial for maior que 30 minutos, será considerada uma hora adicional. Se for igual ou inferior a 30 minutos, não será considerada uma hora adicional.

5.17.9 As horas adicionais só poderão ser cobradas caso o motorista esteja efetivamente em atendimento e comprovadas conforme subitens “8.3.1” e “8.3.2” deste tópico. Não poderão ser cobradas caso este esteja em seu horário de descanso ou pernoite.

5.18 Quando durante o atendimento tanto o veículo quanto o motorista ficar parado por um dia inteiro ou mais dias, será devido o valor de uma diária para cada dia parado. Esse tempo não será computado no cálculo da hora adicional.

5.19 A somatória dos quilômetros livres referentes à franquia (ex. diária – 100km livres) serão descontados do montante total de quilômetros da viagem.

5.20 O preço cobrado por km rodado excedente (até 500 Km ou acima de 500 Km) deverá ser referente ao do montante total de quilômetros da viagem.

5.21 O valor da quilometragem será calculado pela quantidade bruta total, mesmo após efetuados os descontos devidos.

5.22 As diárias para os veículos devem ser computadas a partir da data do embarque e terminar ao final da solicitação.

5.23 A referência de início do cômputo da quilometragem será o local de atendimento quando este for na mesma cidade ou região metropolitana onde houver contrato firmado.

5.24 Caso o veículo já esteja em local com menor distância para a realização do serviço, este será o referencial para o início da contagem da distância. Será considerado como referência o site <http://maps.google.com.br/>.

5.25 O instrumento de medição (hodômetro ou sistema similar) do veículo utilizado será acionado somente no ato do embarque do usuário e encerrar-se-á no ato do desembarque.

5.26 Os valores salariais dos motoristas deverão estar compatíveis com acordo coletivo/convenção coletiva que contemple essas categorias profissionais, no âmbito do Paraná;

5.27 O valor da pernoite que a CONTRATADA pagará aos motoristas deverá ser o mesmo ou superior ao expresso na convenção coletiva, e/ou deve ser o suficiente para despesas de hospedagem em hotel e alimentação do motorista.

5.28 Conforme disposto no caput do art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 02/08, a contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 106 da Lei nº 14.133 de 2021.

5.29 Exemplos de solicitações e faturamentos:

Exemplos de solicitações e faturamentos

Exemplo I:

Solicitação de viagem de ônibus de Curitiba para Misiones.

Dia e hora do embarque: 8h – Dia 01/05

Chegada no destino: 18h – Dia 01/05

Dia e hora da finalização do atendimento: 3h – Dia 03/05

“Formulário de Controle de Quilometragem”

Utilização do veículo Dia 01/05 até 18h – Não houve horas adicionais

Utilização do veículo Dia 02/05 das 8h até às 0h – 6 horas adicionais

Utilização do veículo Dia 03/05 até 3h – atendimento ininterrupto desde o dia 02/05 – 3 horas adicionais

KM rodados = 1.420 km (será utilizado como base o custo do quilômetro acima de 500 km)

Horas adicionais = 9

Diárias = 2 diárias

Custo da Diária = R\$ 795,00

Custo do Km até 500 km = R\$ 4,30

Custo do Km acima de 500 km = R\$ 3,20

Hora Adicional= R\$ 90,00

IMR = 1 ponto

1.

Valor devido pelas diárias = R\$ 1.590,00 (R\$ 795,00 x 2 diárias)

2.

Valor devido pelas horas adicionais = R\$ 810,00 (R\$ 90,00 x 9 horas adicionais)

3.

Km franquia = 200 km livres (2 diárias de 100 km)

4.

Valor devido pelos km excedentes = R\$ 3.904,00 [(1.420 km – 200 km livres) x R\$3,20]

5.

Total da solicitação = R\$ 6.304,00 (R\$ 1.590,00 + R\$ 810,00 + R\$ 3.904,00)

6.

IMR pontuação menor que 2,0% de desconto

7.

Total a faturar = R\$6.304,00

Exemplo II:

Solicitação de viagem de micro-ônibus de Telêmaco Borba para La Rioja.

Dia e hora do embarque: 7h – Dia 13/02

Chegada no destino: 18h – Dia 13/02

Dia e hora da finalização do atendimento: 23h – Dia 17/02

“Formulário de Controle de Quilometragem”

Utilização do veículo Dia 13/02 – 07h até às 18h – 1 hora adicional

Utilização do veículo Dia 14/02 das 8h até às 18h – Não houve horas adicionais

Utilização do veículo Dia 15/02 – Ônibus parado – sem atendimento (neste caso é realizado o pagamento somente de 1 diária pelo veículo parado)

Utilização do veículo Dia 16/02 das 8h até às 18h – Não houve horas adicionais

Utilização do veículo Dia 17/02 das 8h até às 23h – 5 horas adicionais

KM rodados = 952 km (será utilizado como base o custo do quilômetro acima de 500 km)

Horas adicionais = 6 horas

Diárias = 5 diárias

Custo da Diária = R\$ 530,00

Custo do Km até 500 km = R\$ 2,40

Custo do Km acima de 500 km = R\$ 2,20

Hora Adicional = R\$ 60,00

IMR = 3 pontos

1.

Valor devido pelas diárias = R\$ 2.650,00 (R\$ 530,00 x 5 diárias)

2.

Valor devido pelas horas adicionais = R\$ 360,00 (R\$ 60,00 x 6 horas adicionais)

3.

Km franquia = 500 km livres (5 diárias de 100 km)

4.

Valor devido pelos km excedentes = R\$ 994,40 [(952 km – 500 km livres)

5.

Total da solicitação = R\$ 3.914,40 (R\$ 2.560,00 + R\$ 360,00 + R\$ 994,40)

6.

IMR pontuação de 2 a 5, 4% de desconto = R\$156,57

7.

Total a faturar = R\$3.757,82

Exemplo III:

Solicitação de viagem de ônibus de Curitiba para Corrientes.

Dia e hora do embarque: 8h – Dia 02/03

Chegada no destino: 10h – Dia 02/03

Dia e hora da finalização do atendimento: 23h – Dia 02/03

“Formulário de Controle de Quilometragem”

Utilização do veículo Dia 02/03 – 08h até às 23h – 5 horas adicionais

KM rodados = 310 km (será utilizado como base o custo do quilômetro até 500 km)

Horas adicionais = 5 horas

Diárias = 1 diária

Custo da Diária = R\$ 820,00

Custo do Km até 500 km = R\$ 4,30

Custo do Km acima de 500 km = R\$ 3,20

Hora Adicional = R\$ 90,00

IMR = 1 ponto

1.

Valor devido pelas diárias = R\$ 820,00 (R\$ 820,00 x 1 diária)

2.

Valor devido pelas horas adicionais = R\$ 450,00 (R\$ 90,00 x 5 horas adicionais)

3.

Km franquia = 100 km livres (1 diária de 100 km)

4.

Valor devido pelos km excedentes = R\$ 903,00 [(310 km – 100 km livres) x R\$4,30]

5.

Total da solicitação = R\$ 2.173,00 (R\$ 820,00 + R\$ 450,00 + R\$ 903,00)

6.

360,00 + R\$ 994,40)

7.

IMR pontuação menor que 2,0% de desconto

8.

Total a faturar = R\$2.173,00

Exemplo IV:

Solicitação de viagem de micro-ônibus de Paranavaí para Paranavaí.

Dia e hora do embarque: 8h – Dia 01/04

Dia e hora da finalização do atendimento: 18h – Dia 01/04

“Formulário de Controle de Quilometragem”

Utilização do veículo Dia 01/04 – 08h até às 18h – nenhuma hora adicional

KM rodados = 43 km

Horas adicionais = nenhuma

Diárias = 1 diária

Custo da Diária = R\$ 530,00

Custo do Km até 500 km = R\$ 2,40

Custo do Km acima de 500 km = R\$ 2,20

Hora Adicional = R\$ 60,00

IMR = 10 pontos

1.

Valor devido pelas diárias = R\$ 530,00 (R\$ 530,00 x 1 diária)

2.

Valor devido pelas horas adicionais = R\$ 0,00 (nenhuma hora adicional)

3.

Km franquia = 100 km livres (1 diária de 100 km)

4.

Valor devido pelos km excedentes = R\$ 0,00 (nenhum quilômetro excedente)

5.

Total da solicitação = R\$ 530,00

6.

IMR pontuação de 8,1 a 11,7% de desconto = R\$37,10

7.

Total a faturar = R\$492,90

Exemplo V:

Solicitação de viagem de micro-ônibus de Curitiba para San Juan.

Dia e hora do embarque: 23h – Dia 20/01

Chegada no destino: 9h – Dia 21/01

Dia e hora da finalização do atendimento: 22h – Dia 23/01

“Formulário de Controle de Quilometragem”

Utilização do veículo Dia 20/01 – 23h às 09h – dia 21/01

Utilização do veículo Dia 21/01 até 22h – atendimento ininterrupto desde o dia 20/01 – 13 horas adicionais

Utilização do veículo Dia 22/01 das 8h até às 18h – Não houve horas adicionais

Utilização do veículo Dia 23/01 das 8h até às 22h – 4 horas adicionais

KM rodados = 420 km

Horas adicionais = 4h (pois no dia 21/01, o montante de horas adicionais excedeu o valor de uma diária, ou seja, 13 horas = R\$ 780,00, confrontando com o valor de uma diária R\$ 530,00. A cobrança das horas será descartada, e somente será cobrado o valor de uma diária adicional R\$ 530,00)

Diárias = 3 diárias + 1 diária adicional (referente às horas adicionais do dia 21/01)

Custo da Diária = R\$ 530,00

Custo da Diária Adicional = R\$ 530,00

Custo do Km até 500 km = R\$ 2,40

Custo do Km acima de 500 km = R\$ 2,20

Hora Adicional = R\$ 60,00

IMR = 10 pontos

1.

Valor devido pelas diárias = R\$ 2.120,00 (R\$ 530,00 x 4 diárias)

2.

Valor devido pelas horas adicionais = R\$ 240,00 (R\$ 60,00 x 4 horas adicionais)

3.

Km franquia = 300 km livres (3 diárias de 100 km)

4.

Valor devido pelos km excedentes = R\$ 288,00 [(420 km – 300 km livres) x R\$2,40]

5.

Valor devido pela Diária Adicional = R\$ 530,00

6.

Total da solicitação = R\$ 3.178,00 (R\$ 2.120,00 + R\$ 240,00 + R\$ 288,00)

7.

IMR pontuação de 8,1 a 11, 7% de desconto = R\$317,18

8.

Total a faturar = R\$ 2.860,20

Local e horário da prestação dos serviços

5.30 Os locais e horários da prestação dos serviços serão aqueles indicados na Ordem de Serviço do Contratante.

Rotinas a serem cumpridas

5.31 Conferir o ano do veículo no documento CRLV, devendo ter no máximo:

5.31.1 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas, e;

5.31.2 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) quando há trecho em vias rurais.

5.31.2.1 Caso não atenda a esta condição, não permitir a continuidade da viagem e contatar a fiscalização.

5.32 Conferir especificação do veículo, conforme o tipo:

5.32.1 **Veículo tipo “van”**, veículo novo ou seminovo, capacidade de no mínimo 15 (quinze) passageiros (além do motorista), ar condicionado, com motorista, combustível, GPS, bancos reclináveis, com bagageiro interno do tipo maleiro para bagagem de mão nas laterais do teto e todos os acessórios, e motorização compatíveis com o serviço, devendo ter no máximo 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, e com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Incluso qualquer reparo, revisão ou substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da CONTRATADA

5.32.2 **Veículo tipo “micro-ônibus”**, com capacidade de no mínimo 24 (vinte e quatro) passageiros (além do motorista), ar condicionado, combustível, GPS, bancos reclináveis, com bagageiro externo e interno do tipo maleiro para bagagem de mão nas laterais do teto e todos os acessórios, e motorização compatível com o serviço a ser prestado, devendo ter no máximo 08 (oito) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, e com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Inclusos reparos, revisões e substituição do veículo caso se faça necessário por qualquer razão, por conta da CONTRATADA.

5.32.3 **Veículo tipo “ônibus convencional ou superior”**, com no máximo 08 (oito) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, capacidade de no mínimo 44 (quarenta e quatro) passageiros, além dos motoristas e motorização compatíveis com o serviço, GPS, gabinete sanitário, poltronas reclináveis, combustível, além de todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Inclusos reparos ou substituição do veículo caso se faça necessário por qualquer razão, por conta da CONTRATADA.

5.32.4 **Veículo tipo “ônibus semi-leito ou superior”**, veículo novo ou seminovo, com no máximo 12 (doze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias urbanas e 15 (quinze) anos de fabricação (chassi e carroceria) para vias rurais, capacidade de no mínimo 42 (quarenta e dois) passageiros, além dos motoristas e motorização compatíveis com o serviço, bancos reclináveis, ar condicionado, GPS, descanso para as pernas, som ambiente, TV/VIDEO, bar, gabinete sanitário, e serviço de bordo com água mineral, combustível, além de todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Incluso qualquer reparo ou substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da CONTRATADA.

5.32.5 Fotografar o documento do veículo (CRLV);

5.32.6 Realizar cópia da Habilitação do Motorista (CNH);

5.32.7 Fotografar o veículo pela lateral e frente, de modo que a placa fique nítida.

5.33 Preencher o “Diário de Bordo” solicitando assinatura do motorista ao final da viagem.

5.34 Encaminhar para a fiscalização do contrato as imagens registradas e o Diário de Bordo preenchido e assinado.

5.35 A fiscalização deve certificar-se que:

- a) Todos os passageiros constam na listagem de identificação;
- b) Solicitar que os passageiros portem o RG na viagem;
- c) Em caso de passageiros menores de idade, verificar a autorização dos pais/responsáveis;
- d) Manter as condições de limpeza do veículo pelos seus passageiros.

Materiais a serem disponibilizados

5.36 Não serão necessários materiais adicionais para a execução dos serviços.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.37 Os serviços serão executados a partir dos endereços das unidades requisitantes, conforme detalhamento abaixo, podendo sofrer alterações, conforme critérios de conveniência, oportunidade e mediante acordo entre as partes.

CAMPUS	LOCALIZAÇÃO

Campus Barracão	Rodovia BR 163, nº 2115. Bairro Industrial. CEP: 85.700-000 - Barracão/PR
Campus Capanema	Rua Cariris, 750. Bairro Santa Bárbara. CEP: 85.760-000 - Capanema/PR
Campus Ivaiporã	Rua Max Arthur Greipel, 505. Parque Industrial. CEP: 86.870-000 - Ivaiporã/PR
Campus Jacarezinho	Av. Dr. Tito, 801. Jardim Panorama. CEP: 86.400-000 - Jacarezinho/PR
Campus Jaguariaíva	Av. Eloá Martins Passos Felix, Rod. 151, Km 213,7. CEP 84.200-000 - Jaguariaíva/PR
Campus Paranavaí	Rua José Felipe Tequinha, 1400. Jardim das Nações. CEP: 87.703-536 - Paranavaí/PR
Campus Pitanga	Rua José de Alencar, 1080. Jardim Planalto. CEP: 85.201-160 - Pitanga/PR
Campus Telêmaco Borba	Rodovia PR 160, Km 19,5. Jardim Bandeirantes. CEP 84.269-090 - Telêmaco Borba/PR
Campus Foz do Iguaçu	Av. Araucária, 780 - Vila A, Foz do Iguaçu - PR, 85860-000 - Foz do Iguaçu/PR

5.38 Os itinerários serão definidos pela unidade solicitante, de acordo com as necessidades dos serviços.

5.39 Os preços unitários deverão ser completos abrangendo além da boa prestação dos serviços, o fornecimento do veículo, com motorista, combustível, seguro, material, uniforme, crachá de identificação, tributos, pedágios, despesas indiretas, lucro, encargos e demais custos que possam contribuir para a composição do valor final da prestação dos serviços, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

5.40 As quilometragens apresentadas são estimativas e serão executadas de acordo com as necessidades e solicitações da Contratante, não estando obrigada a utilizar todas as quantidades estimadas para os serviços.

5.41 Os preços de KM rodado acima de 500 Km devem ser inferiores aos de até 500 Km em no mínimo 25%.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.42 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato até a entrega definitiva do objeto.

6.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Gestor do Contrato

6.19 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 A fiscalização técnica ou responsável pela viagem avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar, Anexo VII do Edital, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

7.1.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 Disponibilização de veículos conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência;

7.3.2 Apuração do quantitativo de diárias, quilometragem e horas adicionais utilizadas em cada solicitação, conforme regras constantes no item Modelo de Execução do Objeto deste Termo de Referência;

7.3.3 Avaliação da prestação de serviços pelo fiscal contrato e a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados.

7.4 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.1 Não produziu os resultados acordados;

7.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).[A29]

7.6 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.10.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.12.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.18 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1 o prazo de validade;

7.18.2 a data da emissão;

7.18.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5 o valor a pagar; e

7.18.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.26 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPC-A* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.32 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO**.

Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 **Ato de autorização** em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14 **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15 **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16 Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18 Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19 Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio** ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos

tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22 **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24 **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10%** do valor total estimado da contratação.

8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28 **Declaração** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1 Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os licitantes deverão apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emissor, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

8.31.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.31.1.2 Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.

8.31.1.3 Os licitantes poderão apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Edital e seus Anexos.

8.31.1.4 A exigência pela apresentação de atestado técnico se faz necessário para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do contrato e consequentemente atender as demandas do IFPR.

8.31.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.31.2 **Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) e DER – PR (Departamento de Estradas e Rodagem), em plena validade.**

8.32 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.33 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.34 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.35 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.36 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.37 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.38 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.39 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.40 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.40.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.41 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.41.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.41.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.41.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.41.4 Prova de atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

8.42 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.42.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.42.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.42.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.42.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.42.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.46.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.915.579,61

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.915.579,61 (dois milhões, novecentos e quinze mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos)**, conforme título 1 deste Termo de Referência.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 poderão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **26432**

II) Fonte de Recursos: **a definir por cada unidade;**

III) Programa de Trabalho: **a definir por cada unidade;**

IV) Elemento de Despesa: **33.90.39;**

V) Plano Interno: **a definir por cada unidade;**

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

11.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

10.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

12. Obrigações da Contratada

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2 Utilizar veículos próprios na prestação dos serviços de transporte, mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza, segurança e obedecidas todas as normas que regulamentam a utilização de veículos, emanadas pelo Poder Público, durante toda a vigência do Contrato, executando os serviços por intermédio de mão de obra especializada, estando ciente de que as normas técnicas da ANTT devem ser cumpridas, no que couber.

12.3 Apresentar relatório analítico mensal antes da emissão da nota fiscal para aprovação do fiscal da unidade, de todas as utilizações de transporte, devendo apresentar no mínimo os seguintes dados: Unidade/Campus solicitante, código do atendimento, itinerário, datas e horários de partida e retorno, tipo de veículo utilizado, hodômetro inicial e final, quilometragem total percorrida, diárias utilizadas, custo da utilização por solicitação, possíveis ocorrências, dentre outras informações que se fizerem necessárias.

12.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.7 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

12.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.14 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 133 da Lei nº 14.133/2021.

12.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

12.23 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.24 Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

12.25 Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12.26 Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

13. Da Extinção Contratual

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho, em atenção à disposição do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.4 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14. Dos Casos Omissos

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MONICE MOISE DE FREITAS AQUINO

Membro da comissão de contratação

MARCELO MAZZETTO

Membro da comissão de contratação

CAMILA JESSICA SANTOS DO PRADO ALMEIDA

Membro da comissão de contratação

FRANCIELE MILANI COUTINHO RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

PAULO SERGIO CARNICELLI

Membro da comissão de contratação

DAYANE DE OLIVEIRA GOMES

Autoridade competente

Anexo VI - MINUTA - TERMO DE CONTRATO.pdf

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Processo Administrativo nº 23411.006005/2024-95

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

CONTRATANTE: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - IFPR - UASG [número da UASG do Campus] , CAMPUS [identificação do Campus] , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [nº do CNPJ do Campus], com sede na [endereço completo do Campus], neste ato representado por seu Diretor Geral, [nome completo do Diretor Geral], nomeado(a) pela Portaria nº [nº da portaria de designação do Diretor Geral], publicada no DOU de [data da publicação], seção [xxx], página [xxx], portador da matrícula funcional nº [xxx], de acordo com a competência delegada por intermédio da Resolução/IFPR nº 03, de 27 de março de 2019, que regulamenta o Artigo 27 do Regimento Geral do IFPR., tendo em vista o que consta no Processo nº 23411.006005/2024-95 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90037/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CONTRATADO(A): o(a) [razão social da empresa] inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [xxx], sediado(a) na [xxx], representado por [xxx] (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de empresa especializada na prestação de *serviços de transporte coletivo (vans, micro-ônibus, ônibus convencional e ônibus semi-leito), em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão de obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná - IFPR*, no transporte intramunicipal, intermunicipal e interestadual, de discentes, docentes e técnicos administrativos, aferidos por valor de diária e quilometragem, observando os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. No caso da Contratada optar pela subcontratação, deverá observar os seguintes critérios:

4.1.1. É expressamente vedada a subcontratação integral da prestação dos serviços de transporte, respeitando o limite máximo de até 40% do valor do contrato;

4.1.2. É permitida a subcontratação, fora dos limites máximos estipulados no item anterior:

4.1.2.1. Quando a Contratante necessitar de veículo adaptado para cadeirantes e a Contratada não possuir este modelo em sua frota;

4.1.2.2. Nos casos em que a empresa comprovar que toda a frota está ocupada, com compromissos firmados antes do recebimento da Ordem de Serviços;

4.1.2.3. Quando em razão de peculiaridades do percurso, do terreno ou do destino, for necessário o emprego de veículo de menor porte ou adaptado, em razão das condições do terreno ou de localidade de difícil acesso, em que o transporte para local específico não possa ser prestado por veículo da frota da Contratada, será permitida a subcontratação de prestador de serviço local, desde que previamente autorizado pela Contratante;

4.2. É de total responsabilidade da Contratada todas as ações e omissões praticadas pela subcontratada na prestação de serviços para atendimento ao IFPR;

4.3. Para qualquer subcontratação, deverá a Contratada solicitar autorização prévia ao IFPR, com a justificativa da subcontratação;

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

4.6. *O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*

4.7. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

4.8. *Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:*

4.8.1. *O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;*

4.8.2. *O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e*

4.8.3. *O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.*

4.8.4. *Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

OU

11.2. *A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:*

- 11.2.1. *BEM 1..... Valor*
- 11.2.2. *BEM 2Valor*
- 11.2.3. *...*
- 11.2.4. *TOTAL Valor total*

OU

11.3. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 11.4.1. BEM 1..... Valor
- 11.4.2. BEM 2Valor
- 11.4.3. ...
- 11.4.4. TOTAL Valor total

11.5. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.

11.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.911.9, observada a legislação que rege a matéria.

11.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 3% a 5% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3% a 5% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 3% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 3% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA
<p>-----</p> <p>[Nome do Representante Legal do IFPR] Direção Geral do Campus [...] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR</p>	<p>-----</p> <p>[Nome do Representante Legal do IFPR] Representante Legal [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]</p>

TESTEMUNHAS: